

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
DO RIO GRANDE DO NORTE

KARLA KATIELLE OLIVEIRA DA SILVA

**O ENSINO PROFISSIONAL DO RIO GRANDE DO NORTE: INDÍCIOS DA AÇÃO  
DO ESTADO DE 1908 A 1957**

NATAL-RN

2017

KARLA KATIELLE OLIVEIRA DA SILVA

**O ENSINO PROFISSIONAL DO RIO GRANDE DO NORTE: INDÍCIOS DA AÇÃO  
DO ESTADO DE 1908 A 1957**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação Profissional.

Orientadora: Dr.<sup>a</sup> Olívia Morais de Medeiros Neta.

NATAL–RN

2017

S586e Silva, Karla Katielle Oliveira da.

O ensino profissional do Rio Grande do Norte: indícios da ação do Estado de 1908 a 1957. / Karla Katielle Oliveira da Silva. – 2017. 88 f. : il.

Orientador: Dr.<sup>a</sup> Olívia Moraes de Medeiros Neta.

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, 2017.

1. Ensino profissional. 2. História da educação. 3. Pesquisa qualitativa. I. Medeiros Neta, Olívia Moraes de. II. Título.

CDU 377/37(93)

KARLA KATIELLE OLIVEIRA DA SILVA

**O ENSINO PROFISSIONAL DO RIO GRANDE DO NORTE: INDÍCIOS DA AÇÃO  
DO ESTADO DE 1908 A 1957**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação Profissional.

Dissertação apresentada e aprovada em 21/02/2017, pela seguinte Banca Examinadora:

---

Dra. Olívia Morais de Medeiros Neta – Presidente

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

---

Dra. Andrea Gabriel Francelino Rodrigues – Examinadora externa

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

---

Dra. Nina Maria da Guia de Sousa Silva – Examinadora externa

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

---

Dra. Ilane Ferreira Cavalcante – Examinadora interna

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

---

Dr Francisco das Chagas Silva Souza – Examinador interno

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

## AGRADECIMENTOS

A *Deus*, por me conceder o dom da vida e também ser o sentido da minha existência e escrever junto comigo uma nova história, a partir da elaboração dessa pesquisa. E a *Nossa Senhora* por sua intercessão!

A *minha família* por ser a base, o sustento e a fortaleza em todos os momentos. Em especial à minha mãe, referência de resiliência, afeto e amor, nas alegrias e dificuldades. E a minha irmã, ex-aluna do IFRN que a partir das conversas das suas experiências sobre esse Instituto, foi o meu apoio e incentivo em toda essa trajetória.

A *Comunidade Católica Shalom*, a minha vocação, por me ajudar a viver a vontade de Deus e a dar sentido a todo esse percurso mesmo diante das perdas que a vida proporciona. De modo particular, ao grupo de jovens Sacrário Vivo em que tive a oportunidade de coordenar no IFRN, antes de ser aluna dessa Instituição e me aproximou dos jovens do Ensino Médio Integrado e posteriormente, do mestrado em Educação Profissional.

Aos meus *amigos* pela beleza da gratuidade que foi gerada entre nós. Palavras se tornam insuficientes para externalizar o quanto sou grata a cada um. Vocês, foram verdadeiros instrumentos de Deus em minha vida me ajudando nesse caminho e principalmente por acreditarem que era possível chegar até aqui.

Ao *PPGEP*, através da minha turma de mestrado 2015, denominada “sempre na luta”, por todas as experiências vivenciadas dentro e fora da sala de aula e principalmente pela parceria no dia a dia. De modo particular, as minhas colegas assistentes sociais por serem para mim, a referência do Serviço Social na Educação Profissional e me ajudarem diante dos desafios.

Aos *professores* pela formação e pelas experiências das disciplinas vivenciadas em sala que se tornaram uma riqueza em minha vida. E particularmente, a minha orientadora pelo seu olhar sensível para com a história da educação, mas também para com seus alunos. Como também, por me ajudar a perceber que a história e a educação já estavam dentro de mim. Por confiar junto comigo todos os desafios da pesquisa.

Ao *IFRN*, por ter se tornado um lugar de fundamental importância para mim durante esse tempo que estive no mestrado e que já deixa saudades!

Ao curso de *Pedagogia* da UFRN, pelo apoio diante da trajetória do mestrado.

A *FAPERN/ CAPES* pelo financiamento da presente pesquisa.

A *UFRN*, através dos funcionários da Biblioteca Central Zila Mamede por me ajudarem na pesquisa com o acervo acerca da história das Faculdades.

A *Congregação Salesiana*, por me ajudar na aproximação da educação profissional e a história do Rio Grande do Norte.

A todos que me ajudaram diretamente ou indiretamente em todo esse processo de elaboração dessa pesquisa.

Deus abençoe imensamente vocês!

## RESUMO

Essa dissertação tem como objetivo geral compreender como se configurou o ensino profissional no Rio Grande do Norte entre o período de 1908-1957. E como objetivos específicos: mapear as deliberações para o ensino profissional nos regimentos, leis e decretos do RN; identificar as ações estaduais referente ao ensino profissional; mapear as escolas profissionais, considerando o contexto social e histórico que foram criadas. Nesse sentido, surgiram as seguintes indagações: Como o ensino profissional é mencionado nas legislações do RN no período de 1908 a 1957? Quais os tipos de ações do RN frente ao ensino profissional no período citado? De que forma as escolas profissionais foram organizadas pelo Estado do RN? Quais interesses do Estado ao implementar as escolas profissionais? Existiram disparidades entre a capital e os demais municípios do RN? Para tanto, utilizou-se a metodologia da análise documental por meio do mapeamento dos decretos, das legislações e mensagens dos governadores do recorte temporal em estudo, na perspectiva da abordagem qualitativa para análise dos dados. O mapeamento realizado considerou ainda os seguintes aspectos: o recorte temporal, a quantidade de documentos e os indícios de criação de Escolas Profissionais ou cursos. Assim, essa dissertação se insere no campo da educação profissional baseada na concepção de Silvia Manfredi (2002), na dimensão da história política de René Remond (2003), no entendimento de pesquisa histórica de Rüsen (2010), de fontes de José d'Assunção Barros (2010) e de análise documental de Arostegui (2006), na abordagem do método indiciário de Ginzburg (1991), com vistas à investigação dos indícios de ensino profissional nos documentos e no domínio da história da educação profissional. Dos 492 (quatrocentos e noventa e dois) documentos analisados evidenciou-se que as estratégias do Estado do RN referente ao ensino profissional foram através de iniciativas como: a criação de escolas, cursos e subvenções. Dentre as ações do Estado do RN foram identificadas as criações de instituições voltadas ao ensino profissional, a saber: Escola Normal de Natal, Escola de Música (através da reorganização), Escola Normal de Mossoró, Escola Profissional do Alecrim, Escola de Farmácia e Odontologia, Escola Operária, Escola de Serviço Social, Faculdade de Direito, Escola Agrícola de Jundiá, Faculdade de Medicina, Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Natal, Escola de Engenharia de Natal. Outras iniciativas do Estado do RN referentes ao ensino

profissional foram as criações dos de cursos de agronomia, zootecnia, agrimensura, belas artes, indústria, comércio, primário elementar (artesanato, aprendizagem industrial-agrícola). Diante disso, pretende-se com o presente estudo contribuir para as pesquisas referentes à temática da história da educação; como também, contribuir para novos debates para a história da educação profissional norte-riograndense.

Palavras-chave: Ensino profissional. História da Educação. Pesquisa qualitativa. Estado do RN.

## ABSTRACT

This dissertation aims to understand how professional education was configured in Rio Grande do Norte between 1908 and 1957. And as specific objectives: to map the deliberations for the professional education in the regiments, laws and decrees of the RN; Identify state actions related to vocational education; Mapping the professional schools, considering the social and historical context that were created. In this sense, the following questions emerged: How is professional education mentioned in the legislations of the RN from 1908 to 1957? What are the types of actions of the NB in relation to vocational education in the period? How were professional schools organized by the RN State? What are the state's interests in implementing vocational schools? Were there disparities between the capital and the other municipalities of the RN? For this purpose, the methodology of documentary analysis was used by mapping the decrees, legislations and messages of the governors of the temporal cut in study, from the perspective of the qualitative approach for data analysis. The mapping carried out also considered the following aspects: the temporal cut, the number of documents and the signs of creation of Professional Schools or courses. Thus, this dissertation is inserted in the field of professional education based on the conception of Silvia Manfrendi, in the dimension of the political history of René Remond (2003), in the understanding of historical research of Rüsen (2010), sources of José d'Assunção Barros (2010), and Arostegui's (2006) documentary analysis, in Ginzburg's (1991) approach to the investigation of evidence of professional teaching in the documents and in the field of the history of professional education. Of the 492 (four hundred and ninety-two) documents analyzed, it was evidenced that the strategies of the State of the RN regarding vocational education were through initiatives such as: the creation of schools, courses and subsidies. Among the actions of the State of the RN were the creations of institutions aimed at professional education, namely: Escola Normal de Natal, School of Music (through reorganization), Escola Normal de Mossoró, Professional School of Alecrim, School of Pharmacy and Dentistry, Worker School, School of Social Work, Faculty of Law, Agricultural School of Jundiaí, Faculty of Medicine, School of Philosophy, Science and Letters of Natal, School of Engineering of Natal. Other initiatives of the RN State concerning vocational education were the creations of courses in agronomy, zootechnics, agricultural surveying, fine arts, industry,

commerce, elementary primary (handicrafts, industrial-agricultural apprenticeship). Therefore, the present study intends to contribute to research on the history of education thematic. As well, contribute to new debates for the history of professional education norte-rio-grandense.

Keywords: Professional education. History of Education. Qualitative research.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Matrícula e frequência escolar do Estado do Rio Grande do Norte, de 1929 a 1930	30
Quadro 2	O Ensino no Rio Grande do Norte (1936)	34
Figura 1	Escola Doméstica	12
Figura 2	Mensagem apresentada por Dinarte Mariz à Assembleia Legislativa do Estado, em 1957.	17
Figura 3	Prédio do Colégio Atheneu Norte-rio-grandense em que funcionou a Escola de Farmácia e Odontologia	42
Figura 4	Escola de Serviço Social	56
Figura 5	Grupo Escolar Augusto Severo	58
Figura 6	Associação dos Professores (Prédio do Grupo Escolar Antônio de Souza)	58
Figura 7	Lembrança da Primeira turma de formandos da turma de farmacêuticos pela Escola de Farmácia	62
Figura 8	Prédio do Colégio Atheneu Norte-rio-grandense em que funcionou a Escola de Farmácia e Odontologia	64
Figura 9	Primeira turma de cirurgiões-dentistas do curso de Odontologia	65
Figura 10	Construção do prédio da Escola de Farmácia e Odontologia	65
Figura 11	Prédio da Escola de Farmácia e Odontologia	66
Figura 12	Escola de Serviço Social	68
Figura 13	Faculdade de Direito	69
Figura 14	Faculdade de Medicina	70
Figura 15	Escola de Engenharia	73
Figura 16	Associação dos Escoteiros	73
Figura 17	Escola Doméstica	74
Figura 18	Faculdade de Medicina	76

## LISTA DE TABELA

Tabela 1	Mapeamento de cursos e de Escolas Profissionais de iniciativa do Estado do RN	44
----------	---	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPE	Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais
EAA	Escola de Aprendizes Artífices
IFRN	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
JFCBN	Juventude Feminina Católica Brasileira de Natal
LBA	Legião Brasileira de Assistência
MEC	Ministério da Educação
PPGEP	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional
RN	Rio Grande do Norte
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b>	12
2	<b>O ENSINO PROFISISONAL E A LEGISLAÇÃO NO RN (1908-1957)</b>	17
3	<b>AS AÇÕES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PARA O ENSINO PROFISSIONAL (1908-1957)</b>	42
4	<b>ESCOLAS, CURSOS E SUBVENÇÕES DO ESTADO DO RN (1908- 1957): O ENSINO PROFISSIONAL EM FOCO</b>	56
5	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	76
	<b>REFERÊNCIAS</b>	80

## 1 INTRODUÇÃO

**Figura 01- Escola Doméstica**



Fonte: João Galvão. Acervo fotográfico Natal ontem e hoje, Prefeitura do Natal, 2006.

Esta dissertação de mestrado tem como objeto de estudo o ensino profissional no Estado do Rio Grande do Norte (RN) (1908-1957). Nesse sentido, surgiram as seguintes indagações: Como o ensino profissional é mencionado nas legislações do RN no período de 1908 a 1957? Quais os tipos de ações do RN frente ao ensino profissional no período citado? De que forma as escolas profissionais foram organizadas pelo Estado do RN? Quais interesses do Estado ao implementar as escolas profissionais? Existiram disparidades entre a capital e os demais municípios do RN?

De conformidade com o objeto e as indagações a ele associadas, a pesquisa tem como objetivo geral compreender como se configurou o ensino profissional no Rio Grande do Norte entre o período de 1908-1957. E como objetivos específicos: mapear as deliberações para o ensino profissional nos regimentos, leis e decretos do RN; identificar as ações estaduais referentes ao ensino profissional; mapear as escolas profissionais, considerando o contexto social e histórico que foram criadas.

O recorte temporal justifica-se pelas reformas de ensino primário do RN que foram implementadas pelos governos estaduais, os quais ocasionaram mudanças na organização da educação norte-rio-grandense, contexto em que se insere o objeto de estudo. Nesse sentido, pretende-se compreender a escolarização primária, bem como a configuração de ensino profissional e as iniciativas como criação de escolas dos governos estaduais.

Em 1908, ocorreu a primeira medida da reforma da educação primária no Rio Grande do Norte através da criação do Grupo Escolar Augusto Severo que tinha o intuito de ser modelo de ensino público para todo o Estado (Decreto nº 174 de 5 de março de 1908) e a criação da Escola Normal de Natal. Essa reforma estabeleceu autoridades para que a direção da Instrução Pública organizasse o ensino norte-rio-grandense quanto ao regimento interno e aspectos pedagógicos.

No ano de 1957, Dinarte Mariz reformou o ensino primário através da Lei n. 2171 de 06 de dezembro de 1957, que fixou as bases da educação e a formação do Magistério Primário do Estado, por isso reorganizou setores como a Secretaria de Educação, que acrescenta o termo cultura, de acordo, também, com a Lei 2.225 de dezembro de 1957, fundou novos departamentos como o Centro de Estudos e pesquisas educacionais (CEPE). Essa reforma ocorreu através do convênio do Estado do RN com o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), tendo em vista capacitar

o corpo docente do ensino primário e normal. A ênfase no curso primário justifica-se mediante a necessidade de renovar a didática do corpo docente referente a educação pedagógica. Em 1958, a reforma é implementada oferecendo cursos para os professores dos grupos escolares, escolas reunidas e isoladas e Escola Normal. (AQUINO, 2007)

As motivações da pesquisa surgiram da minha formação acadêmica no Bacharelado em Serviço Social e a atual graduação (em andamento) no curso de Pedagogia, ambas na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), visto que favoreceram uma aproximação com os estudos sobre a educação norte-rio-grandense. Além disso, refere-se como motivação a experiência de estágio realizada no Centro Educacional Dom Bosco, localizado na Zona Norte de Natal, pois colaborou para o conhecimento sobre a Educação Profissional. Associadas a essas motivações, destacam-se as discussões das disciplinas, ofertadas no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

O caminho metodológico adotado foi pautado na análise documental dos Decretos Legislativos, Regimentos Internos das Escolas, Leis como a de Organização do Ensino Primário, disponibilizados nos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e no Arquivo Público do Estado. *Pari passu*, destacamos principalmente o diálogo com autores que discutem a História da Educação Profissional no Brasil.

Assim, essa dissertação se insere no campo da educação profissional baseada na concepção de Silvia Manfredi (2003), na dimensão da história política de René Remond (2003), no entendimento de pesquisa histórica de Rüsen (2010), de fontes de José d'Assunção Barros (2010) e de análise documental de Arostegui (2006), na abordagem do método indiciário de Ginzburg (1991), com vistas à investigação dos indícios de ensino profissional nos documentos e no domínio da história da educação profissional.

Para compreender a educação profissional, é relevante considerá-la como campo inserido nas disputas decorrentes dos distintos grupos que formam a sociedade, considerando os aspectos como a história política, as reformas de ensino, os conceitos das ações educativas e projetos formativos. (MANFREDI, 2003).

A história política é um método em que o historiador compreende o todo social, sem desconsiderar os aspectos já vivenciados. Dessa forma, intenta, a partir da história das formações políticas e das ideologias, refletir sobre os fenômenos, considerando a política como gestão da sociedade e da economia. Além das decisões políticas que perpassam um contexto de interesses em que há influência dos pertencimentos sociais, pressões e outros fatores (REMOND, 2003).

Para José D'Assunção Barros (2010), as fontes são como vozes em que o historiador interage com o passado de forma a investigar o objeto de estudo, podendo ser textuais (registrados pela escrita), não-textuais (orais, iconográficas, materiais, naturais), oficiais ou não. Sendo assim, são vestígios construídos pelo pesquisador, resultante da sensibilidade e da crítica no contato com elas, tendo em vista que se faz necessário considerá-las. Elas são matéria-prima do historiador, indispensáveis para a operação historiográfica.

Arostegui (2006) define a análise documental como um conjunto de operações técnicas que concedem a confiabilidade e adaptação das informações para o objeto de estudo e esclarecem um acontecimento histórico. E para isso, se faz necessária a crítica das fontes.

O paradigma indiciário, elaborado por Ginzburg (1991), como o próprio nome denota, tem como objetivo investigar indícios, os detalhes que não foram percebidos diante do objeto de estudo, como um detetive criminalista. A alusão ao detetive, é para chamar a atenção para a relevância do pesquisador observar os pormenores das fontes ao considerá-las.

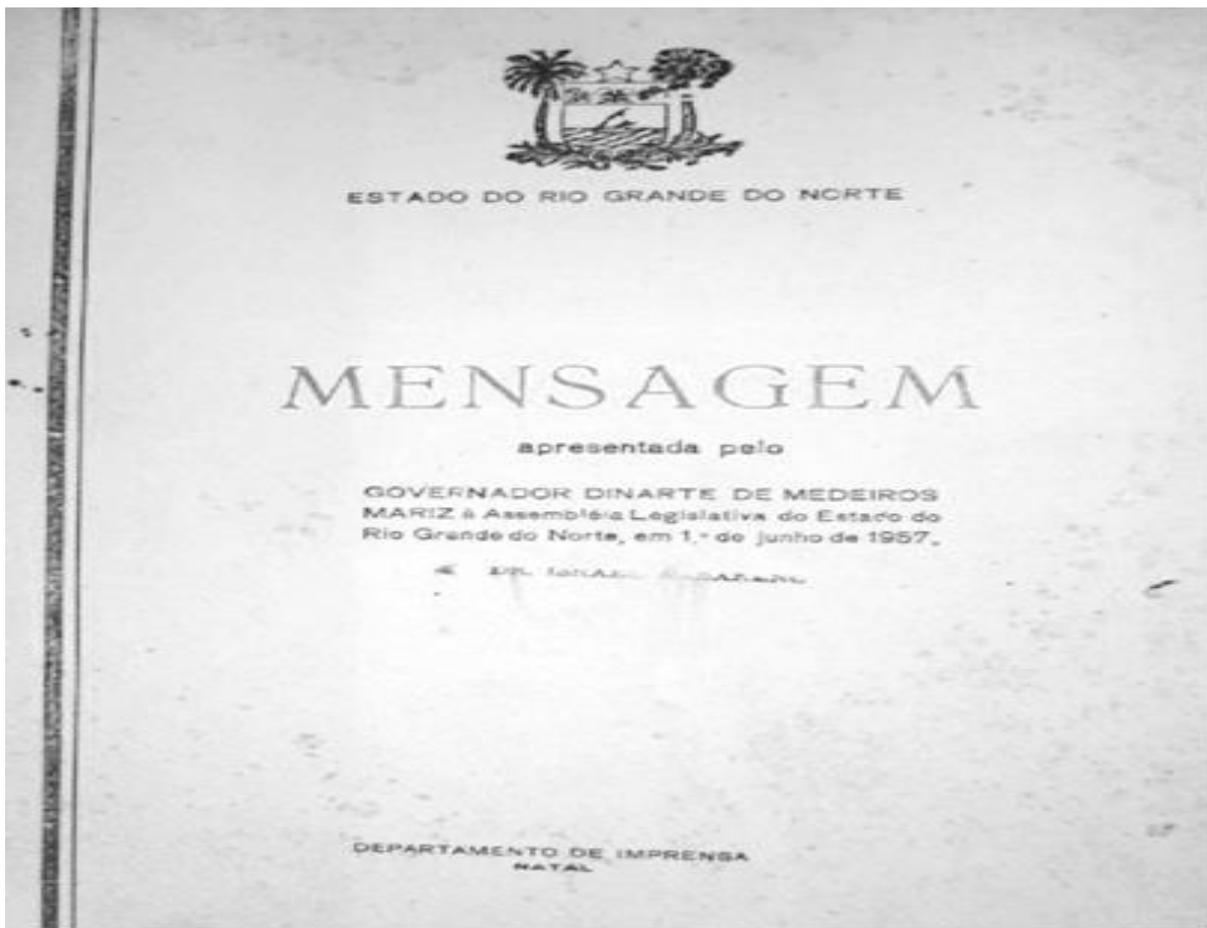
Esse trabalho fundamenta-se ainda no entendimento de pesquisa histórica de Rüsen (2010), que a conceitua como um processo intelectual em que a partir das informações obtidas nas fontes, o pesquisador poderá compreender acerca do passado humano. Como também, terá a possibilidade de ir além da crítica, interpretando os fatos históricos e as próprias fontes. Tendo em vista que a interpretação proporciona atenção à singularidade das modificações dos fatos de acordo com o tempo.

Nessa perspectiva, essa dissertação encontra-se estruturada da seguinte maneira: na primeira seção, foram abordados aspectos sobre o ensino profissional e a Legislação do RN, ressaltando como o ensino profissional é mencionado pelos governadores estaduais. Na segunda seção, as ações do Estado do RN referente ao ensino profissional no período em estudo, com os resultados do mapeamento das

escolas profissionais com o intuito de compreender a configuração de educação profissional no Estado. E na terceira seção, as escolas profissionais, cursos e as instituições subvencionadas, que foram criadas pelo estado norte-rio-grandense, tendo como base o contexto histórico das instituições de ensino profissional e as perspectivas de formações e as considerações finais.

## 2 O ENSINO PROFISSIONAL E A LEGISLAÇÃO NO RN (1908-1957)

Figura 02- Mensagem apresentada por Dinarte Mariz à Assembleia Legislativa do Estado, em 1957.



Fonte: RIO GRANDE DO NORTE. Natal: Imprensa Oficial, 1957.

Esta seção tem como objetivo compreender como o ensino profissional é aludido nas legislações do RN (1908-1957). Para tanto, foi realizada uma análise documental dos decretos e mensagens dos governadores com o intuito de contextualizar a educação norte-rio-grandense nesse período, estabelecendo a relação com a historiografia.

No Brasil, a Primeira República também se tornou conhecida como “República dos Coronéis”, donos de propriedades rurais que dominavam o poder nas suas localidades. No ponto de vista eleitoral, eles também controlavam os votos, uma vez que não era secreto, para também favorecer a troca de favores entre os candidatos que atendessem os seus próprios interesses. Os coronéis repassavam os votos aos chefes políticos de cada Estado. (FAUSTO, 1995, p. 263-264)

É relevante mencionar que os Estados, principalmente os do Nordeste brasileiro disputavam os benefícios do governo federal, tendo em vista que sofriam os rebatimentos da carência de recursos. Por isso, existia uma competitividade em relação aos impostos. (FAUSTO, 1995, p. 270).

O Rio Grande do Norte na época da República, assim como as regiões do Nordeste brasileiro, era formado por uma economia de base que atendia as outras localidades do país, dependendo da exportação e produtos como algodão e açúcar. Segundo Santos (1994, p. 104), “[...] o algodão continuava sendo o principal produto da economia norte-rio-grandense, apesar de sua baixa de preço. Ele se expandia lentamente pelas terras do interior onde antes predominava a gadoaria.”

Nesse sentido, referente à conjuntura política norte-rio-grandense no período compreendido como Primeira República (1889-1930), nota-se acentuadamente duas oligarquias sendo estas representadas pelos Albuquerque Maranhão e Bezerra de Medeiros. Esta última oligarquia “[...] defendia os interesses econômicos dos grupos ligados à atividade algodoeira; enquanto aquela, envolvida desde o início do povoamento e colonização do Rio Grande do Norte com os interesses do açúcar, defendia a atividade açucareira.” (TRINDADE, 2010, p. 161).

Tendo como base o contexto norte-rio-grandense, menciona-se que no que se refere ao projeto de ensino profissional, no período republicano<sup>1</sup>, a proposição

---

<sup>1</sup> De acordo com Boris Fausto (1995, p. 245), o período republicano foi caracterizado por incertezas, tendo em vista os grupos que disputavam o poder e tinham interesses distintos de como organizar o Brasil. Nesse sentido, era basicamente fundamentado em um representante eleito do Estado, o presidente, além do congresso e os cidadãos. Conforme Trindade (2010, p. 160) existiam três projetos em disputa na República, após 15 de novembro de 1988: oligárquico, militar e democrático.

consistia de uma sociedade voltada para o trabalho do mesmo modo na valorização dos ideais de ordem e progresso da burguesia formada pela elite, urbanização e industrialização. Portanto, era necessária uma redenção moral para os perigosos que eram aqueles considerados ociosos, os pobres, desvalidos por meio do saneamento da pobreza através do trabalho. (CUNHA, 2005<sup>a</sup>).

É importante considerar que dentre os desvalidos, se encontravam as crianças que eram excluídas socialmente. Por isso, o Governo educava preferencialmente para o trabalho aquelas que tinham entre 10 e 13 anos, com a pretensão também de retirá-las da rua para o aprendizado dos ofícios. (SOUZA, 2012, p. 33).

A República Brasileira definiu dois projetos para a criança: o primeiro voltado para os filhos da elite, por intermédio dos grupos escolares e o segundo para os desafortunados, como a Escola de Aprendizizes Artífices (EAA). Percebe-se com a reflexão de Cunha (2005<sup>a</sup>) que o período da Primeira República tem projetos nítidos, (fato já expressado nos projetos educativos anteriores no Brasil) que separam a formação do trabalho, expressando a dualidade da educação.

Dentro dessa perspectiva, para compreender o ensino profissional no Rio Grande do Norte, é relevante assinalar o contexto político e social da educação primária do Estado e as legislações que propuseram mudanças nas cidades brasileiras como a implantação de grupos escolares, reformas de ensino e construção de prédios. Sobre esse aspecto Azevedo e Stamatto (2012) afirmam:

Anunciada a vitória da República de 'Ordem e Progresso', tornava necessária a construção do novo regime. O signo da república deveria ser diretamente relacionado com uma cidade modernizadora, higiênica e bela, e as instituições de ensino primário materializados nos grupos escolares representavam essa escola para a ordem e o progresso. (AZEVEDO, STAMATTO, 2012, p. 18).

É significativo sublinhar que, de acordo com o Regimento, no capítulo 1, o Grupo Escolar é definido como reunião de três ou mais escolas que tinham os cursos infantil, elementar e a possibilidade de um complementar. Os cursos eram administrados por professores ou funcionários das escolas e eram financiados pelos governos estaduais. (RIO GRANDE DO NORTE, 1925, p. 05).

Na República, a higiene<sup>2</sup> era associada à modernidade e os grupos escolares tinham o objetivo de difundir os ideais da República. Nesse sentido, a educação segundo Azevedo e Stamatto (2012, p. 24), “[...] deveria ir além da escola, em um processo de difusão de novas regras de comportamento e valores culturais.”

As construções de edifícios escolares, em sua maioria, eram financiadas pelos governos estaduais e a suas arquiteturas deveriam ser destacadas em comparação aos outros prédios de administração pública, pois eram orientadas pelas legislações desse período que definiam padrões para suas estruturas. Nota-se com esse aspecto que há uma relação direta entre a urbanização da cidade com os grupos escolares, através da sua estrutura arquitetônica.

Dentro dessa perspectiva, é importante considerar que a arquitetura dos edifícios escolares também expressa o nacionalismo, tendo em vista que este foi um ideário presente na República refletindo de forma significativa na educação primária no Brasil. Sobre esse aspecto Nagle (2009, p. 254) ressalta o nacionalismo como:

[...] fenômeno de exaltação do homem e das coisas brasileiras e como esforço que se expressa na tentativa de construir as instituições que reflitam as condições peculiares do povo e também da situação histórica que está a exigir a formulação dos quadros da verdadeira nação brasileira, o nacionalismo, é principalmente, um ideário que aparece e acompanha o desenvolvimento de uma formação econômico-social capitalista.

Os projetos republicanos no Rio Grande do Norte, por meio dos governos estaduais, causaram transformações na escola primária que era assegurada pelas Cartas Constitucionais do Estado. As reformas propostas a partir desses projetos eram fundamentadas na pedagogia moderna; para isso contavam com o apoio dos setores da iniciativa privada.

É valoroso acrescentar que, em 1907, o governador Antônio José de Mello e Souza<sup>3</sup> autoriza, por meio da Assembleia Legislativa, a “Lei nº 249, de 22 de novembro de 1907 com vistas a reformar a educação escolar primária em moldes mais amplos e garantidores da sua proficuidade.” (ARAÚJO, 2013, p. 217).

---

<sup>2</sup> Para maiores trabalhos consultar: SILVA, Juliana da Rocha e. **A concepção de ensino sob medida na obra higiene mental e educação (1927), de Luiz Antônio dos Santos Lima**. 2013. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

<sup>3</sup> Segundo Trindade (2010, p. 168) “[...] a principal marca política do governo de Antônio de Souza foi a alteração constitucional que permitiu o aumento do mandato de governador”. Como escritor, jornalista e professor defendeu a educação para minimizar a pobreza do estado.

A primeira medida da reforma da educação primária no Rio Grande do Norte foi a criação do Grupo Escolar Augusto Severo, que tinha o desígnio de ser modelo de ensino público para todo o Estado. Sobre isso, Azevedo e Stamatto (2012, p. 43) ressaltam:

Em 5 de março de 1908 (Decreto nº 174), criava no bairro da Ribeira o primeiro grupo escolar norte-rio-grandense denominado de “Augusto Severo”. Na continuação da reforma, restabelecia nesse mesmo ano a Diretoria Geral da Instrução Pública (extinta em 1905), criava novamente a Escola Normal e escolas mistas e instituía os grupos escolares pelo Decreto nº 178, de 29 de abril de 1908, que estipulava o estabelecimento de pelo menos um grupo escolar em cada sede de comarca e uma escola mista em cada um dos outros municípios do Estado (art. 4º).

O Grupo Escolar Augusto Severo, criado no governo de Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão (1908-1913),<sup>4</sup> em que a concepção de ensino primário era pautada na socialização escolar, fundamentada na legislação da educação do período, tinha como fundamento a pedagogia moderna e o método intuitivo que, segundo Araújo (2013, p. 217), pregava a transmissão dos conteúdos eleitos de que partia-se do simples para o complexo, da parte para o todo, do conhecido para o desconhecido, do concreto para o abstrato. O método intuitivo ainda tinha como objetivo:

[...] resolver o problema da ineficiência do ensino diante de sua inadequação às exigências sociais decorrentes da revolução industrial que se processaria entre o final do século XVIII e meados do século XIX; e ao mesmo tempo, essa mesma revolução industrial viabilizou a produção de novos materiais didáticos como suporte físico do novo método de ensino. (SAVIANI, 2013, p. 138).

Nesse sentido, Alberto Maranhão foi considerado, a partir de sua segunda administração no Governo do RN, o modernizador do ensino primário, tendo em vista que objetivou a construção de um grupo escolar em cada município norte-rio-grandense, difundindo a rede do ensino primário no Estado. Além disso, referente à cidade do Natal, foram realizadas obras modernizadoras como as linhas eletrificadas, bondes elétricos, encanamento de água e rede telefônica. “No seu governo, a cidade conheceu um acentuado crescimento econômico, com a

---

<sup>4</sup> No Rio Grande do Norte, segundo Trindade (2010, p. 262) a primeira República compreendida entre 1889-1930, foi expressa “politicamente por duas oligarquias: Albuquerque Maranhão e Bezerra de Medeiros.” Alberto Maranhão no período de 1908 a 1913 exercia o seu segundo mandato.

construção de fábricas de gelo, de cerâmica, câmaras frigoríficas, etc.” (TRINDADE, 2010, p. 168).

Consoante Nestor Lima, em matéria publicada no Jornal A República (1911, p. 03), acerca do Grupo Modelo ressaltou que “[...] a reforma do ensino de 1908, tendo como base principal a preparação técnica do pessoal docente e, portanto, criando a Escola Normal, exigiu dos normalistas a prática do ensino.” Ele ressaltava ainda que o Grupo Escolar Augusto Severo foi de fundamental importância para essa organização do corpo docente para fins pedagógicos. Essa preparação expressa por Nestor Lima pode ser compreendida como formação para os professores.

Pode-se afirmar ainda que no Grupo Escolar Augusto Severo eram presentes os ideais da Ordem Republicana, através da educação intelectual, física e moral e principalmente no aspecto cívico, como menciona o Regimento “Art. 14º A educação cívica destina-se ao preparo do bom cidadão. Procure-se instruir sumariamente sobre a organização política do país e exercício dos direitos e deveres”. Nota-se que essa educação tinha o objetivo igual de desenvolver o sentimento de amor à Pátria nos educandos.

Além disso, a educação cívica denota o nacionalismo, que por sua vez tinha “[...] a preocupação com a escola primária, na orientação alfabetizante ou integral, se apresenta com uma motivação essencialmente nacionalizadora, que vai ser reforçada pela importância nuclear que nessa escola passam a ter [...]” (NAGLE, 2009, p. 254).

Nesse sentido, a partir dessa primeira medida foram criados outros grupos escolares que difundiram o pensamento dos governos republicanos referente à ampliação da escolarização primária, da cultura modernizadora e dos ideais cívicos e por isso eram expressivos os investimentos para a sua expansão.

Dentro dessa perspectiva, pode-se afirmar que a conjuntura sócio-política e cultural do período demandava as reformas de ensino, tendo em vista que o Estado do RN necessitava superar a precariedade da educação, sem prejudicar os interesses municipais. “Precisava conter o professorado fiel ao trabalho, e ao mesmo tempo suporte de suas ideias de desenvolvimento consentido, próprios das oligarquias que se querem renovar.” (ARAÚJO, 1979, p. 118).

Por isso, o governador Alberto Maranhão também criou a Escola Normal de Natal (1908)<sup>5</sup> para “preparar os futuros educadores dos educandos, consoante as orientações da pedagogia moderna. ” (ARAÚJO, 2013, p. 218). Percebe-se, nesse sentido, a necessidade de preparar os professores, uma vez que ocorria a expansão da escolarização primária através dos grupos escolares, escola mista e particulares, conforme com o Decreto nº 178, de 29 de abril de 1908, que cria a Escola Normal de Natal:

Art. 4º O Governo estabelecerá, pelo menos, um grupo escolar em cada sede de comarca e uma escola mista em cada um dos outros municípios do Estado, nos prédios estaduais existentes e nos que forem construídos diretamente pelos mesmos municípios ou a custas de particulares que os queiram ceder para tal fim, mediante contrato gratuito feito com o Diretor da Instrução Pública e aprovado pelo Governador.

O Jornal A República (1909, p. 01) noticiou o início das atividades da Escola de Aprendizes Artífices: “O ensino profissional e prático para formação de artífices e oficiais vai ser iniciado nesta capital, segundo telegrama que recebi do Ministério da Agricultura. As oficinas serão custeadas pelo Governo da União, que projeta inaugurá-las em janeiro próximo. ”

Percebe-se, por intermédio desse meio de comunicação da época, a expectativa em relação ao ensino profissional, pois no Brasil, o ensino primário era sustentado por escolas que defendiam a ideia de modernidade que está aliada ao trabalho.

No Rio Grande do Norte, a Escola de Aprendizes Artífices (EAA) foi fundada em 23 de setembro de 1909 pelo Decreto Federal nº 7.566 e foi instalada em edifício próprio na Avenida Rio Branco, número 743. É importante destacar que as Escolas de Aprendizes Artífices no Brasil, foram um marco para o ensino profissional na Primeira República e foram criadas em alguns Estados, inclusive no RN, como iniciativa do Governo Federal, através do presidente Nilo Peçanha, e “estipulava sua manutenção pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, a quem cabiam os assuntos relativos ao ensino profissional não superior” (Cunha 2005<sup>a</sup>, p. 63).

As Escolas de Aprendizes Artífices (1909-1942) tinham como pretensão pensar na alfabetização técnica e formar para os seguintes ofícios: sapataria,

---

<sup>5</sup> Em 1908, não foi a primeira vez que foi criada a Escola Normal em Natal, de acordo com Aquino (2007, p. 48), “a primeira Escola Normal Primária foi criada em 1873 e inaugurada em 1874.

carpintaria, alfaiataria, serralharia. Estava ligada à agricultura, indústria e comércio. Ao término dos ofícios os aprendizes recebiam o título de mestre. A escolha das oficinas era de acordo com as necessidades locais.

Na capital do Rio Grande do Norte, a EAA, em 1909, ofertava os ofícios de “[...] **marcenaria, sapataria, alfaiataria, serralheria e funilaria**, além do curso primário obrigatório para os alunos que não sabiam ler, escrever e contar e do curso de Desenho, destinados àqueles que necessitavam dessa disciplina para o exercício satisfatório do ofício que aprenderiam.” (SILVA, 2012, p. 34-35, grifo da autora).

É importante destacar o papel da Liga de Ensino do RN que surgiu em Natal em julho de 1911, “associação que, nos moldes da Liga Nacional, tinha como objetivo difundir os conhecimentos práticos da vida, mantendo escolas de instrução doméstica.” (ARAÚJO, 1979, p. 180).

A Liga de Ensino do RN foi um projeto social e pedagógico que teve entre os fundadores: Henrique Castriciano de Souza e José Augusto Bezerra de Medeiros. Tinha como “medida prática para o grupo de reformadores objetivar os seus propósitos, ganhar força política à autoridade política local e inserir-se nos projetos republicanos.” (ROGRIGUES, 2007, p. 54)

O ensino profissional não era expresso apenas pelos ofícios na Escola de Aprendizes Artífices, assim como por meio da Escola de Música e das deliberações da Reforma de 1916, que reorganiza Ensino Primário, secundário e Profissional no RN pelo governador Joaquim Ferreira Chaves.

Em 1909, o Governo do Estado reorganiza essa Escola a partir do Decreto nº 192, de 12 de março “Art. 2º. A Escola de Música funcionará no teatro Carlos Gomes e terá um diretor, um secretário e um porteiro, os quais exercerão também estas funções no referido teatro.” Como também, no mesmo ano oficializa o Grupo Escolar Augusto Severo como referência para todo o Estado e Modelo do ensino público elementar com o Decreto nº 198, de 10 de maio de 1909.

O governador Alberto Maranhão organizou o ensino primário a partir do Código de Ensino de 1911 (Decreto nº 261, de 28 de dezembro). Segundo o Código as escolas eram classificadas por classes, contemplando a primeira na capital, a segunda cidade sede do município, a terceira vila e sede de município e quarta em outras localidades. O Código de Ensino previa:

Art. 1º O ensino oficial do Rio Grande do Norte obedecerá às seguintes divisões: I Curso primário: 1º Graduado a) infantil b) elementar 2º Isolado: II Curso Normal; III Curso Geral; IV Cursos profissionais de a) agronomia b) zootecnia c) comércio d) indústria e) agrimensura f) belas-artes.

O Código de Ensino (1911) reportava-se ainda à organização da educação no Estado. O ensino primário era ministrado pelos grupos escolares, escolas isoladas e cursos noturnos para adultos.<sup>6</sup> A preparação profissional do magistério primário era de responsabilidade da Escola Normal e Grupo Modelo e custeada pelo Governo na cidade do Natal.

É relevante frisar que de acordo com o Regimento, no capítulo 1, a Escola Isolada era definida como art. 1º “estabelecimento de ensino primário, criado pelo Governo do Estado, da mesma forma que os grupos escolares, porém, sem dependência de outras escolas.” (RIO GRANDE DO NORTE, 1925 b, p. 05).

Nota-se, tendo como base o Código de Ensino (1911), a criação da escola de agricultura, o currículo das escolas industriais e de comércio, assim como a pretensão de uma escola de agrimensura e o estudo das belas artes, onde funcionava a Escola de Música no teatro Carlos Gomes, em conformidade com os artigos a seguir:

Art. 108º É criada uma escola de agricultura em cada colônia agrícola e uma escola de zootecnia em cada posto zootécnico, fundados no Estado por iniciativa do Governo ou por concessão a particulares.

Art. 113º O ensino nas escolas industriais constará principalmente de: leitura e escrita; contabilidade; desenho; noções de física, mecânica e química industrial; tecnologia dos materiais; aprendizagem da manufatura e artes diversas.

Art. 114º Haverá uma escola elementar do comércio, habilitando para os seus diversos ofícios.

Art. 115º O ensino comercial abrangerá, pelo menos: Português, Francês, Inglês, Geografia, Escrituração e Contabilidade; Legislação Comercial e Fiscal; Noções de Economia Política e Estudo das Mercadorias.

Art. 116º O governo poderá criar uma escola de agrimensura, para cuja matrícula serão feitas provas prévias de habilitação em português, matemáticas elementares, geografia e desenho.

Art. 117º O estudo de belas artes será feito nas cadeiras que o Governo criar junto ao Teatro “Carlos Gomes”, tendo por fim acultura estética e aproveitamento imediato das vocações artísticas. (RIO GRANDE DO NORTE, 1912).

---

<sup>6</sup> É relevante mencionar, conforme Nascimento e Alves (2013, p. 2-3) que esses tipos de escolas deveriam atender as condições para sua existência, tendo como base os seus regimentos. Tratando-se dos grupos escolares, o município teria que comprovar a matrícula de 120 alunos com duração de 06 anos; as escolas isoladas deveriam ter 40 alunos (classe mista) e 60 alunos nas outras turmas com duração de 04 anos; as escolas rudimentares necessitariam atestar 50 analfabetos com duração de 02 anos.

As reformas de ensino, segundo Araújo e Paiva (2012) ocorreram em duas etapas: a primeira a partir dos regimentos internos unificados para as escolas isoladas e grupos escolares (1914) e a segunda pela Lei Orgânica de Ensino (1916) que ordena e reorganiza o ensino primário, secundário e profissional. E, portanto, “[...] postulava indispensavelmente, a disseminação da escolarização primária coletiva a toda criança de 8 a 14 anos de idade.” (ARAÚJO, 2013, p. 219).

É vultoso destacar ainda que em 1914 ocorreu a regulamentação do ensino primário ofertado no grupo escolar e escola isolada que tinham a duração de 4 anos, podendo ser realizado em salas de aulas ou classes, tendo os seguintes conteúdos em seu programa:

[...] leitura, escrita, caligrafia; língua nacional; lições de coisas; noções de geografia física e coreografia do Brasil, especialmente do Rio Grande do Norte; instrução moral e cívica; desenho; cantos escolares e hinos patrióticos; trabalhos manuais e exercícios físicos. (ARAÚJO, 2013, p. 219).

O governador Antônio José de Mello e Souza (1920-1923) expressou compromisso na continuidade da ampliação da escola primária, dando prioridade às escolas rudimentares. Ele também “[...] criou a Escola Normal Primária em Mossoró, uma escola profissional no Grupo Escolar Frei Miguelinho e a Escola de Farmácia.” (AZEVEDO, STAMATTO, 2012, p. 21).

Considera-se que as escolas rudimentares, fixas ou ambulantes, de acordo com o seu Regimento, art. 2º, deveriam ser “criadas nos bairros, povoados ou fazendas que contarem com mais de cinquenta analfabetos.” Além disso, os ensinamentos nessas escolas poderiam ser ministrados em todo o território do Estado do RN, com programas reduzidos e material escolar pedagógico diminutos. (RIO GRANDE DO NORTE, 1925 a, p. 05).

No período de 1924 a 1927, o governo do Rio Grande do Norte foi assumido por José Augusto Bezerra de Medeiros<sup>7</sup> que demonstrou interesse pelas escolas rudimentares e desenvolveu um programa de reforma socioeducativa baseada na educação escolar integral, uma vez que:

Educar a população urbana e rural traduziu-se na ampliação das salas de aula dos grupos escolares (cidades economicamente prósperas), no aumento do número das escolas isoladas (cidades menores) e na

---

<sup>7</sup> José Augusto Bezerra de Medeiros, “foi herdeiro de José herdeiro político do Coronel José Bernardo de Medeiros, do Seridó”. (TRINDADE, 2010, p. 171).

multiplicação das escolas rudimentares (bairros operários, localidades distantes, sítios) obedecendo, em certa medida, a parâmetros arquitetônicos, higiênicos, pedagógicos e de salubridade. (ARAÚJO, PAIVA, 2012, p. 163).

A ampliação da escolarização primária no governo de José Augusto Bezerra de Medeiros deve-se ainda a pretensão de que a educação atingisse de modo semelhante as crianças e jovens pobres e analfabetos que confirmavam o problema social da época. Esse era um dos motivos que justificava a abertura de outras modalidades de educação primária. Como também, é relevante mencionar que a ação de educar a cidade em seu governo remete-se as:

[...] intenções racionalizadoras. Define-se no confronto de combinar o progresso material com o progresso humano, com o propósito de produzir o cidadão civilizado, exigido pela ordem social capitalista. Reafirmam os reformadores sociais a necessidade de cada vez mais romper com práticas, estilos de vida e de educação correntes que se apresentavam limitados e até retrógrados para a implementação da modernidade social e técnica. (ARAÚJO, 1997, p. 139)

Em 1925, ocorreu o ato de 18 de abril decretado pelo Departamento de Educação<sup>8</sup>, através do diretor-geral Nestor Lima, cujo objetivo era cumprir os regimentos internos dos grupos escolares e escolas isoladas, a partir do programa de estudos, em concordância com o que menciona a autora:

[...] o regimento interno dos grupos escolares com programa de estudos (semelhante ao constante na Lei nº 405, de 29 de novembro de 1916); o regimento interno das escolas isoladas tendo como programa de estudos matérias fundamentais como a leitura, escrita, língua materna e aritmética e bem ainda como matérias acessórias morfologia geométrica, desenho, geografia geral e história pátria, exercícios físicos. Os regimentos continham o plano didático de cada matéria dos cursos infantil e elementar, quadro de horários e livros escolares recomendados. (ARAÚJO, 2013, p. 220).

Na escola rudimentar, o regimento interno foi decretado no ato de 13 de abril de 1925 e comparado aos grupos escolares e escolas isoladas, seus conteúdos eram baseados no programa de estudos que de modo parecido tinha com o plano didático e livros, além da “leitura, escrita, linguagem, contabilidade, noções gerais de conhecimentos úteis e trabalhos manuais (restrito às meninas) para duração de 2 anos.” (ARAÚJO, 2013, p. 221).

---

<sup>8</sup> É importante ressaltar que de acordo com Nascimento e Alves (2013, p.01) “os regimentos foram publicados, no ano de 1925, pelo Departamento de Educação do RN”, na gestão do governador José Augusto Bezerra de Medeiros.

Em 1926, por meio do Regulamento do Departamento de Educação, percebe-se, a partir dos órgãos que o formavam, como era a conjuntura do ensino nesse período no Estado. Há a presença de Escolas Profissionais e a Escola de Farmácia e Odontologia nos conselhos em que se notam:

Art. 2º VI – Os diretores e funcionários da Escola de Farmácia e Odontologia, Atheneu, Escola Normal de Natal, Escola Normal Primária de Mossoró, Escolas Profissionais, Grupos Escolares e os professores de Escolas Isoladas e Rudimentares, Diretor e funcionários do Teatro “Carlos Gomes”, bem como o corpo administrativo das escolas, colégios, instituições e sociedades subvencionados pelo Estado.

Juvenal Lamartine (1928-1930)<sup>9</sup> foi o último governante da Primeira República no RN e, de acordo com Araújo e Paiva (2012, p. 166), esse governo proporcionou mudanças na escola primária “ [...] em proveito da educação popular: restaurações, conversão de escolas rudimentares em grupos escolares e instalação de cursos complementares”. Nota-se ainda que nesse período a educação escolar primária não era obrigatória, porém não impedia que ocorressem demandas de matrículas, como também o fortalecimento de seu progresso através das subvenções:

Observa-se nos documentos pesquisados a unidade de pensamento na continuidade dos governos republicanos em subvencionar as escolas primárias particulares (colégios católicos, externatos e escolas diurnas e noturnas) e associativas [...]. (ARAÚJO, PAIVA, 2012, p. 168).

É fundante dizer que o contexto da cidade do Natal favorecia as subvenções para as instituições das escolas primárias privadas, tendo em vista a carência de estabelecimentos com boas condições para acolher o alunado. Sendo assim, a Igreja Católica assumia de forma significativa essa rede de ensino privada. Nessa conjuntura ainda existia a única escola secundária, o Atheneu Northeriograndense e a Escola de Educandos e Artífices. (RODRIGUES, 2007).

É perceptível que as ações dos governos republicanos do Rio Grande do Norte estavam presentes na escolarização primária de forma expressiva, principalmente nas reformas educacionais e nos regimentos internos. Nesse sentido, estavam em consonância com a conjuntura nacional, uma vez que a política republicana segundo a autora:

---

<sup>9</sup> Considerado “um hábil administrador e um homem de letras, Juvenal Lamartine caracterizou-se também pela intolerância política em relação aos seus adversários”. (TRINDADE, 2010, 187).

[...] reproduzia, no plano das propriedades gerais, normatizações, hierarquizações, e categorização à semelhança do próprio ordenamento do social então vigente. As modalidades de escolas públicas – *preliminar, primária, elementar, grupo escolar, escola modelo, escola reunida, escola isolada, escola singular, externato, escola proletária, escola superior, escola de leitura, escola rudimentar, escola ambulante, escola rural*, principalmente- estruturar-se-iam por distinção dos seus programas de estudos, do tempo do curso, da formação do professor. (ARAÚJO, 2013, p. 227).

No Governo de Juvenal Lamartine, convém assinalar ainda o Decreto nº 440, de 23 de julho de 1929, que tinha o objetivo de criar um curso profissional feminino no Grupo Escolar Duque de Caxias no município de Macau; conforme o “art. 1º foi criado um curso profissional feminino de artes manuais anexo ao Grupo Escolar ‘Duque de Caxias’, localizado na cidade de Macau. ”

Precisa-se dar ênfase à Mensagem de Juvenal Lamartine apresentada à Assembleia Legislativa em 1º de outubro de 1930 acerca do ensino público do Estado, na qual ele indicava: “Está sendo por demais eficiente [...] Os grupos escolares, as escolas reunidas e rudimentares, como as escolas particulares, subvencionadas, estão com matrícula vultosa e uma frequência animadora. ” (IMPrensa OFICIAL, 1930). Compreende-se, a partir do discurso, que a ampliação da escolarização primária foi um marco em sua gestão e que a eficiência era associada ao número de matriculados e quantidade de escolas.

Na mensagem à Assembleia Legislativa (1930), Juvenal Lamartine cita e caracteriza como era o ensino profissional no Estado, oferecido pela Escola de Aprendizes Artífices que ministrava as seguintes oficinas: carpintaria, Marcenaria, Forja, Serralheria, Fundição e Mecânica. E expressa que o ensino profissional era pautado na educação técnico industrial aos menores com idade de 10 anos e que podiam ser encaminhados posteriormente para as profissões de alfaiate, serralheria, marceneiro, carpinteiro, fundidor e mecânico.

De acordo com o quadro da matrícula e frequência escolar do Estado do Rio Grande do Norte, apresentado na Mensagem de Juvenal Lamartine (1930, p. 62) à Imprensa Oficial e que está disponibilizado no arquivo público do RN, percebe-se a conjuntura da educação nesse período, assim como o aumento significativo das escolas profissionais no número de matriculados e, conseqüentemente, na frequência; fatos que se devem, possivelmente, ao fato de que em 1930, houve um fortalecimento do ensino industrial, mediante influência da burguesia no interior do

Estado Getulista como forma de atender aos interesses. Pois, o governo de Getúlio Vargas promoveu o capitalismo nacional tendo como base, o Estado, as forças Armadas e, na sociedade, uma aliança com a burguesia industrial e a classe trabalhadora. (FAUSTO, 1995, p. 327).

**Quadro 1 – Matrícula e frequência escolar do Estado do Rio Grande do Norte, de 1929 a 1930<sup>10</sup>**

Estabelecimentos	Matrícula e Frequência			
	1929		1930	
	Mat.	Freq.	Mat.	Freq.
Atheneu	103	96	112	60
Escolas Normais	164	149	206	198
Escolas Profissionais	75	56	588	503
Grupos Escolares	3832	2911	4881	4130
Escolas Reunidas	1831	1372	3046	2526
Escolas Rudimentares	5091	3839	5981	4700
Escolas Subvencionadas	4092	3068	4475	3900
Escolas Federais	0	0	31	31
Escolas Municipais	1373	961	4066	3375
Escolas não sub.	6634	5041	7443	6155
Escolas Noturnas	0	0	1158	799
	23715	18003	31987	26377

Fonte: RIO GRANDE DO NORTE (1930).

Consoante a mensagem de Juvenal Lamartine (1930, p. 55), além da Escola de Aprendizes Artífices, no Rio Grande do Norte também funcionava uma escola profissional anexa ao Grupo Escolar “Frei Miguelinho”, sob a direção do Professor Luiz Soares de Correia Araújo e contava com as seguintes oficinas: serralheria, Marcenaria e Sapataria e com alguns trabalhos femininos. Na Escola Profissional do Alecrim, como era chamada, em 1930, o número de matriculados consistia em torno de 92 alunos.

Em seu discurso, o governador expressa: “[...] o ensino profissional necessita de ser introduzido em todos os grupos escolares do interior do Estado com uma aplicação particularizada, ao meio que vive a criança [...]” (LAMARTINE, 1930, p. 56). Compreende-se na mensagem de Juvenal Lamartine a pretensão de expandir o

<sup>10</sup> É válido ressaltar que a transcrição do quadro foi realizada de acordo com a publicação, inclusive a média aritmética.

ensino profissional no RN, porém devido a situação financeira do Estado nesse período, não teve a devida atenção em consonância com o ensino primário.

Nesse sentido, no período compreendido como a Primeira República, concernente ao ensino profissional, percebe-se pela análise documental que os governadores aduziam os ofícios como expressão desse tipo de ensino, associados às iniciativas de criação das escolas de música, agricultura, industriais e de comércio, além da Faculdade de Farmácia e Odontologia, referência no ensino superior. Pretende-se, com base ainda no período republicano, investigar como esse ensino profissional é apresentado pelos governadores nos períodos seguintes.

\*\*\*

A Revolução de 1930 desencadeou no governo do presidente Getúlio Vargas, que permaneceu no governo até 1945, quando foi destituído do cargo devido ao golpe militar. Sua permanência durante quinze anos se deveu ao fato de primeiro ter tido o apoio das oligarquias, segundo, a eleição do Congresso Nacional e terceiro, a força do Exército. (CUNHA, 2005, p. 17). Getúlio voltou ao governo pelo voto popular em 1950 e não completou o mandato devido ao suicídio.

A Revolução de 1930 representou a união de um grupo distinto no que se refere aos aspectos políticos e sociais contra a tradicional oligarquia. Os vencedores da revolução tinham a pretensão de atenderem os objetivos de maior soma de poder pessoal e reformar o sistema político associando-se aos tenentes. (FAUSTO, 1995).

É importante assinalar que após a Revolução de 1930, um novo tipo de Estado surgiu, distinto do oligárquico, apresentando maior autonomia. Dentre eles destacam-se: a promoção da industrialização como objetivo principal da atuação da economia; a aliança de classes com o intuito de conceder alguma forma de proteção aos trabalhadores formada pelo poder do Estado; as Forças Armadas – principalmente o Exército, como suporte interno para a ordem e formação da indústria de base. (FAUSTO, 1995, p. 327).

Para Silva (2012), o governo de Getúlio Vargas, no que se refere ao ensino profissional, foi impulsionado pela política de incentivo à área industrial, elaborando aspectos da formação de acordo com as particularidades das regiões brasileiras. E ainda acrescenta:

Essa determinação vinculava a organização dos currículos das escolas às necessidades do mercado de trabalho com o objetivo de respeitar os interesses das indústrias na definição do tipo de formação a ser

desenvolvida. Não podemos perder de vista que o Governo Vargas (1930-1945) foi um facilitador da aceleração das mudanças na economia brasileira, deslocando a ênfase de uma economia predominantemente agrária para uma economia urbano-industrial. (SILVA, 2012, p. 39-40).

A partir disso, os Estados do Brasil foram administrados por interventores. No Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine foi destituído do cargo de governador em função da Revolução de 1930. Assim, é importante assinalar que a destituição do cargo era algo comum nas interventorias, uma vez que no Governo de Getúlio Vargas os tenentes tinham o objetivo de lutar contra o predomínio das oligarquias estaduais. O Nordeste foi considerado um:

[...] campo de ação predileta dos “tenentes”. Muitos deles vinham dessa área marcada pela extrema pobreza, onde a violência exercida pelo pequeno círculo dominante era flagrante. Vários interventores nomeados para o Estados Nordestinos eram militares [...] (FAUSTO, 1995, p. 341).

Segundo Monteiro (2007, p. 149), as interventorias tinham o objetivo de “[...] assegurar uma ruptura no poder dos grupos oligárquicos tradicionais, nas diferentes unidades da Federação.” A autora ressalta ainda que o Estado do RN foi expresso pela instabilidade política, uma vez que obteve o maior número de interventores (total de 5)<sup>11</sup>, quando comparado aos outros Estados do Nordeste que governaram do período de 1930-1935.

Por isso, nesse período evidencia-se que “[...] poucas ações educacionais foram implementadas e as instituídas não tiveram continuidade”. Da mesma maneira até 1930, a escolarização primária foi enfatizada nos grupos escolares e na escola reunida. (PAIVA, NASCIMENTO, MEDEIROS NETA, VIVEIROS, [2017], p. 4). Isso de igual modo se deve à ausência de um projeto educacional no governo provisório no Brasil que fosse desenvolvido nos Estados, pois havia desintegração do seu programa. (CUNHA, 2005, p. 18).

Em 1933, Mário Câmara assumiu o governo do Rio Grande do Norte como interventor, com permanência até 1935<sup>12</sup>. Na sua administração do mesmo jeito se nota que “[...] o Estado continuou a carecer de reformulação das diretrizes de ensino, pois a Lei Básica em vigor era de 1916.” (PAIVA et al, [2017], p. 4-5).

---

<sup>11</sup> Segundo Trindade (2010, p.194) “[...] o Rio Grande do Norte contou com cinco interventores, nesse período: Irineu Joffily, Aluísio Moura, Herculino Cascardo, Bertino Dutra e Mário Câmara.”

<sup>12</sup> Segundo Trindade (2010, p.200) “[...] bom administrador e com excelente conhecimento de finanças públicas, Mário Câmara era homem da confiança do presidente Vargas, que punha fé na sua habilidade para apaziguar os ânimos políticos que estavam exaltados.”

É relevante mencionar que Mário Câmara “[...] foi o último dos cinco interventores do Rio Grande do Norte designado por Vargas, no período de 1930-1935, e possuía raízes locais, pois sua ‘família tinha bases eleitorais em Ceará-Mirim, na zona açucareira’.” (MONTEIRO, 2007, p. 151).

Na mensagem apresentada ao presidente Getúlio Vargas, Mário Câmara cita a Escola Profissional do Alecrim anexa ao Grupo Escolar “Frei Miguelinho”, que nesse período ofertava oficinas de Sapataria, Serralheria e Artes Domésticas. Como também, os cursos femininos instituídos no Grupo Escolar “Izabel Gondim” e “João Tibúrcio”, que tinham sido inaugurados recentemente na capital. Ele justifica que o Rio Grande do Norte não tinha condições financeiras de instalar escolas de ensino profissional como as demais capitais brasileiras. (RIO GRANDE DO NORTE, 1935, p. 92-93).

Referente ao ensino comercial, ainda em sua mensagem, o interventor Mário Câmara apresenta a Escola de Comércio de Natal, presente no Estado desde 1922, e a Escola Feminina de Comércio que formava perito-contadores e contabilistas; ambas eram subvencionadas pelo governo estadual. Ele apresenta também os cursos comerciais anexos aos seguintes colégios: “Santo Antônio” (para homens), “Imaculada Conceição” (para mulheres), ambos na capital e fiscalizados pelo Governo Federal. Além de outro curso comercial no colégio “Sagrado Coração de Maria” (para moças), em Mossoró. (RIO GRANDE DO NORTE, 1935, p. 92-93).

Em 1935, o Rio Grande do Norte tem como interventor Liberato da Cruz Barroso, que exerceu um governo curto de três dias, de 27 a 29 de outubro. “Em seguida assumiu o Sr. Raphael Fernandes<sup>13</sup>, em 29 de outubro de 1935, permanecendo até 3 de julho de 1943 – o mais longo governo estadual entre os anos de 1930 a 1945.” (PAIVA et al, [2017], p. 9).

Segundo Monteiro (2007, p. 163), Raphael Fernandes “tornou-se interventor no estado, pela ditadura, cargo que exerceria até 1943. Essa aliança permitiria ao Partido Popular, ao qual ele pertencia, deter o poder estadual durante todo o Estado Novo”. Mas, devido ao contexto da guerra (1942), que provoca uma nova situação política, em julho de:

---

<sup>13</sup> “Rafael Fernandes Gurjão, governador eleito, era médico, fazendeiro e comerciante em Mossoró. A indicação do seu nome para concorrer à eleição majoritária foi surpreendente, visto que a maioria aguardava um nome do Seridó.” (TRINDADE, 2010, p. 206).

[...] 1943, o interventor Rafael Fernandes Gurjão foi substituído pelo General Antônio Fernandes Dantas. O motivo para essa substituição teria sido uma conspiração militar que estaria relacionada diretamente com a nova conjuntura de guerra. Porém, nem mesmo essa substituição na interventoria foi motivo para uma maior instabilidade política. (LIMA, 2010, p.44)

Na Mensagem apresentada pelo Governador Raphael Fernandes Gurjão à Assembleia Legislativa do Estado, em 1º de setembro (1936, p. 434) sobre o ensino no Rio Grande do Norte (nesse período com quarenta e dois municípios), ele apresenta os seguintes dados:

**Quadro 2 – O Ensino no Rio Grande do Norte (1936)**

Número de escolas (por tipo)	Número de alunos
34 grupos escolares	8.350 alunos
45 escolas reunidas	3.914 alunos
181 escolas isoladas	9.250 alunos
125 escolas subvencionadas	8.485 alunos
32 escolas operárias e noturnas	1.323 alunos
19 escolas não subvencionadas	1.168 alunos
Total	32.490 alunos

Fonte: RIO GRANDE DO NORTE (1936).

É conveniente ressaltar que o termo escolas operárias pode se referir ao ensino profissional e contava com cursos que tinham participação em sua maioria do público masculino. Em 1935, nota-se que esse tipo de escola “a predominância masculina possa ser explicada pela especificidade dos cursos ofertados nessas instituições, a exemplo dos cursos de sapataria, marcenaria, alfaiataria, dentre outros.” (PAIVA et al, [2017], p. 8).

Foi no período considerado ditatorial do Governo de Getúlio Vargas (1937-1945) que, “[...] pela primeira vez o ensino profissional é referenciado na Constituição Federal de 1937, quando o Governo incluía a educação em seu quadro estratégico visando equacionar a questão social e combater a subversão ideológica”. (SILVA, 2012, p. 41).

É fundante citar que o Brasil enfrentou uma crise econômica que levou à defesa da industrialização “[...] como meta e é provável que essa opção tenha determinado (ou, pelo menos, reforçado) a sua preocupação com a qualificação da força de trabalho, manifesta na constituição outorgada em 1937.” (CUNHA, 2005, p. 27).

No Rio Grande do Norte, em 1938, observa-se, no Decreto nº 411, de 17 de janeiro, a Reforma das Escolas Normais com o propósito da formação docente para o magistério, em caráter de externato, incluindo o ensino de humanidades com os seguintes cursos, de acordo com o art. 2º: “a) Curso Secundário Feminino, sob regimento federal; b) Curso de Professores Misto, com caráter profissional.”

Em 1938, evidencia-se através do Decreto nº 419, de 27 de janeiro, a criação da escola na Liga Artístico-Operária de Natal, pelo interventor federal Raphael Fernandes. Segundo o art. 2º essas escolas eram isoladas e tinham o propósito de funcionar “[...] como Escolas Reunidas, ficando o Departamento da Fazenda autorizado a abrir o crédito especial que for necessário, para custear a despesa decorrente deste decreto no atual exercício.” (RIO GRANDE DO NORTE, 1939, p. 23).

Com o Decreto nº 688, de 3 de fevereiro de 1939, observa-se a existência da Escola Feminina de Comércio de Natal, expressão do ensino profissional presente na capital que nesse período era subvencionado pelo governo estadual. Conforme o art. 1º: “A partir de janeiro último, é concedida à Escola Feminina de Comércio de Natal uma subvenção fixada anualmente por ato do Governo do Estado e paga pela verba orçamentária competente. ”

É necessário dizer que o Estado do RN, na segunda metade de 1940, tinha a economia baseada na agricultura, no comércio e na pecuária, bem como a maioria da população morava na área rural, e em cidades como Macau, Mossoró e Areia Branca, produtoras de sal. (LIMA, 2010, p. 119).

No período entre 1941-1945, o Rio Grande do Norte enfrentava, diretamente, o contexto da II Guerra Mundial. Esse aspecto favoreceu o Estado no que refere à economia, pois hospedou os militares norte-americanos, devido aos fatores como a localidade estratégica da área. (SANTOS, 1994, 128). Além disso, percebe-se que nesse contexto da Segunda Guerra Mundial, os minérios na economia como:

[...] a sheelita e o berilo eram procurados pela indústria bélica mundial. Apesar do Estado ter um subsolo dos mais ricos do Brasil, a extração industrial era feita ainda de forma rudimentar naquela época, mesmo assim os minérios contribuíram substancialmente para a ascensão da nossa economia estadual. (SANTOS, 1994, p.130).

Em 1942, é relevante mencionar a reforma do ensino industrial no Brasil que é organizada através de um sistema. Isso significou que esse tipo de ensino foi reconhecido pelo Ministério da Educação, tendo a lei para fundamentá-lo. (CUNHA, 2005, p.121). Esse aspecto ocasionou a reorganização das escolas profissionais que eram de responsabilidade do governo federal. Nesse sentido, modifica “[...] os antigos Liceus em Escolas Industriais ou em Escolas Técnicas. No caso específico da cidade do Natal, seria instalada a Escola Industrial voltada para a formação de Artífices, em algumas áreas do ensino industrial básico.” (SILVA, 2012, p. 45).

É importante ainda grifar que a reforma do ensino industrial (Decreto-lei nº 4078, de 30 de janeiro de 1942) tem como fundamento a transferência de todo o ensino profissional para o médio. “O ensino primário passou a ter conteúdo exclusivamente geral.” (CUNHA, 2005, p. 36). Além disso, essa reforma faz parte do projeto Capanema que tinha o intuito de uma reforma na educação a partir de 1940, através de um conjunto de Leis de ensino industrial, agrário, comercial, normal, secundário.

Em 1943, o Rio Grande do Norte, que contava com 39 municípios, foi administrado por Antônio Fernandes Dantas, que perdurou no governo até 1945. Nesse período, “[...] foram criadas 186 escolas isoladas pelo Decreto Lei nº 1.257 de 19/04/1944. Percebe-se que até 1945 no que se refere ao ensino, o Rio Grande do Norte foi centrado na escola isolada.” (PAIVA et al, [2017], p. 13).

No começo de 1945, o Estado do RN vivenciava um clima de angústias uma vez que há as notícias sobre o contexto da Segunda Guerra Mundial, como também a implementação do Estado Novo (1937). No ano de 1945, observa-se na história norte-rio-grandense acontecimentos políticos que não atingem apenas a elite, mas também a população do Estado. (LIMA, 2010, p. 43).

O Brasil, a partir de 1945 até 1946, vivenciou um período denominado de redemocratização, devido a destituição do cargo de Getúlio Vargas da presidência. Porém, os Estados ainda continuaram governados pelos interventores pelos anos seguintes à destituição de Vargas do poder. Isso se deve ao fato da campanha política ter sido sistematizada após a promulgação da constituição de 1946. “As eleições estaduais previstas, inicialmente, para serem realizadas em outubro de 1946, foram adiadas e somente ocorreram em 19 de janeiro de 1947. ” (LIMA, 2010, p. 128).

Dessa maneira, compreende-se, a partir desse contexto, que o término do Estado Novo reorganizou de forma gradativa o projeto escolar realizado no governo Vargas, uma vez que:

Ainda em 1946, foram promulgados decretos-leis que deram nova organização ao ensino agrícola, ao normal e ao primário. No âmbito do ramo comercial do ensino médio, por analogia ao que ocorreu no industrial, foi regulamentada a aprendizagem, criando-se em 1943 o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial- Senac. (CUNHA, 2005, p. 43).

No Governo de Orestes da Rocha Lima, de janeiro a julho de 1947, no Rio Grande do Norte foi aprovado o Decreto-Lei nº 683, de 10 de fevereiro, Lei Orgânica do Ensino Primário. Dentre as suas finalidades, presentes no capítulo 1, refere-se ao propósito de “[...] elevar o nível dos conhecimentos úteis à vida na família, à defesa da saúde e à iniciação do trabalho. ” Do mesmo modo, o ensino primário poderá ligar-se a outras modalidades, segundo o capítulo III:

Art.5º – O ensino primário manterá, da seguinte forma, articulação com as modalidades de ensino: 1 – O curso primário elementar com os cursos de artesanato e com os de aprendizagem industrial-agrícola. 2 – O curso primário complementar com os cursos ginásial, industrial, agrícola e de formação de regentes de ensino elementar.

Na Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, Sylvio Pedroza<sup>14</sup> menciona o ensino profissional através do ensino superior, expresso pela Faculdade de Farmácia e Odontologia, que nesse período funcionava no prédio antigo do Ateneu<sup>15</sup>. Considerando a precariedade do local, o governo doou um edifício para a construção e melhoria da instituição. Ele nomeia a Faculdade de Direito, que foi criada em 15 de agosto de 1949 e, em 1951, passou a funcionar no Instituto da Educação. Além disso, ele cita a Faculdade de Medicina e Filosofia como pretensões de seu governo, organizando-as para funcionarem em 1956. “Está, desta maneira, realmente iniciado o ciclo universitário em nossa vida cultural. Caminha-se, assim, a passos largos, para a criação da desejada e indispensável Universidade do Rio Grande do Norte.” (RIO GRANDE DO NORTE, 1951, p. 10-11).

---

<sup>14</sup> “Sylvio Pedroza, líder habilidoso e diplomático, sereno e acomodaticioso” era vice-governador do RN. Assumiu o RN em 12 de julho de 1951, devido ao falecimento do governador Dix-sept. Rosado. (TRINDADE, 2010, p. 237).

<sup>15</sup> É oportuno dizer que anteriormente o Atheneu era o Instituto de Educação, do mesmo modo que foi um dos primeiros colégios públicos de ensino secundário no Brasil. Atualmente é denominado Escola Estadual do Atheneu Norte-rio-grandense. (AQUINO, 2007, p. 26, 48).

O ensino técnico igualmente é aludido na mensagem de Sylvio Pedroza por meio das duas escolas, o ensino profissional na Escola Feminina, com estruturas novas e a outra anexa ao Grupo Escolar “Frei Miguelinho”. Nesse período, contava com 33 cursos de iniciação profissional, com matrícula de 667 alunos, com apoio expresso pelo acordo com o Ministério de Educação. (RIO GRANDE DO NORTE 1951, p. 10-11).

Ainda sobre as ações de Sylvio Pedroza em seu governo, é relevante mencionar a criação dos Cursos Normais Regionais, em 1949, mas somente efetivada a partir de 1951. Esses cursos tinham o intuito de expandir a formação de professores da escolarização primária, considerando que até então era restrita à Escola Normal de Natal e Mossoró, portanto o Rio Grande do Norte:

[...] era o único estado que não possuía essa modalidade de Ensino Normal, até dezembro de 1951, quando foram criados 14 Cursos Normais Regionais, em pontos diversos do interior: Martins, Pau dos Ferros, Santa Cruz, Santana do Matos, Florânia, Nova Cruz, Angicos, Macau, Currais Novos, Alexandria, Apodi, Ceará-Mirim, Caraúbas e Assú. (MORAIS, SILVA, 2011, p. 224).

Sobre o ensino profissional, Sylvio Pedroza afirma em sua mensagem que era mantido pelo governo estadual, representado pela Escola Profissional Feminina que em 1951 tinha 600 alunas e oferecia cursos como Costura, Corte, Datilografia e Prendas Domésticas. Da mesma maneira, esse ensino era expresso na Escola Profissional do Alecrim, que funcionava no Grupo Escolar “Frei Miguelinho” e que ofertava cursos de Corte, Costura e Bordados para as meninas. E na Associação de Escoteiros os alunos, por meio de oficinas, aprendiam a arte de Marceneiro, Tipografo e Sapateiro. Ele cita que em cada grupo escolar da capital existiam classes de trabalhos manuais, porém funcionavam com precariedade devido a carência de materiais. (RIO GRANDE DO NORTE, 1951, p. 82).

É válido referenciar que a Escola Profissional do Alecrim, de acordo com Silva (2012, p. 72), atendia “[...] alunos oriundos do Grupo Escolar Padre Miguelinho e os Escoteiros do Alecrim, cuja sede funcionava nessa Escola. Quanto às instituições particulares, a oferta do ensino comercial era, em termos quantitativos, predominante.” A autora ressalta que esse aspecto pode ser devido ao fato de não ofertarem o ensino gratuito e, por isso, seu acesso era restrito.

Em 1952, Sylvio Pedroza em seu texto apresenta o ensino profissional, representado pelas Escolas Profissionais Feminina e a do Alecrim, que funcionavam em Natal. A primeira nesse período tinha 300 alunas no aprendizado de Corte e Costura, Prendas Domésticas, Trabalhos Manuais e Datilografia com a duração de 03 anos os quais após as moças recebiam o diploma, a habilitação para a nomeação das cadeiras de artes e ofícios nas instituições do ensino primário no RN. A segunda era masculina e ofertava artes e ofícios e permanecia com as estruturas do ano anterior. Observa-se, portanto, poucas mudanças no ensino profissional. (RIO GRANDE DO NORTE, 1952, p. 12).

A Escola de Farmácia e Odontologia, em 1952, formou sua primeira turma com 9 farmacêuticos e 14 dentistas. E nesse período nota-se o seu crescimento pelo número de matrículas: 17 no curso de farmácia e 58 no de odontologia. Enfatiza-se ainda que nesse ano a escola é reconhecida oficialmente pelo Governo Federal. A Faculdade de Direito encontrava-se no período de organização pelo seu regimento e nomeação dos docentes, o governo comprometia-se em oferecer uma nova instalação para o seu devido funcionamento. (RIO GRANDE DO NORTE, 1952, p. 12).

Em 1953, observa-se no texto de Sylvio Pedroza que o ensino profissional continuava a ser ministrado pela Escola Profissional do Alecrim que ofertava os cursos de Sapataria, Artes Gráficas, Serralheria, Alfaiataria e Marcenaria, com 53 alunos matriculados. E a Escola Profissional Feminina, que ministrava os cursos de Corte e Costura, Arte Culinária, Prendas Domésticas e Datilografia, com 206 alunas matriculadas. O governador ressaltou que em Natal nesse período foi introduzido, com o apoio do financiamento Governo Federal, o Departamento de Educação que instalou os seguintes cursos os quais ele denominou como iniciação profissional: Corte e Costura, Datilografia, Culinária, Artes de Couro, Trabalhos de Vime, Radiotécnico, Música, Fotografia, Artes Gráficas, Encadernação, Marcenaria. (RIO GRANDE DO NORTE, 1953, p. 239-240).

O ensino superior é representado pela Escola de Farmácia e Odontologia que, em 1953, contava com 75 alunos. No curso de Farmácia tinha 23 matriculados e Odontologia 52 inscritos. E nesse período alguns diplomados tinham sido nomeados pelo governo para trabalharem nos municípios através da Assistência Dentária. (RIO GRANDE DO NORTE, 1953, p. 239-240).

Em 1955, Sylvio Pedroza menciona a Faculdade de Direito que funcionava no Instituto de Educação, com restrição de matrículas apenas para 40 alunos e tinha as seguintes cadeiras: Introdução à Ciência de Direito, Economia Política, Direito Romano e Teoria Geral do Estado. E ainda acrescentou: “[...] um salutar espírito de moralidade está presidindo e orientando a nossa Faculdade de Direito o que certamente contribuirá para que ela possa alcançar sua nobre e alta finalidade cultural.” (RIO GRANDE DO NORTE, 1955, p. 174).

Sobre a Escola de Farmácia e Odontologia, o governador do estado enfatizou que no ano de 1954, a instituição tinha formado sua 5ª turma com 3 farmacêuticos e 17 dentistas. E segundo ele, honrava o ensino superior, firmando-o em seu conceito nos meios educacionais. O ensino profissional foi assinalado na mensagem de Sylvio Pedroza com 33 cursos que tinham sido implementados em Natal, com o apoio Federal. Esses cursos contavam com 667 matriculados, sendo a maior quantidade em Corte e Costura. (RIO GRANDE DO NORTE, 1955, p. 171).

Em 1956, na mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, o governador Dinarte Mariz<sup>16</sup> menciona o ensino superior com a Faculdade de Farmácia e Odontologia que na época funcionava em edifício próprio; a Faculdade de Direito, no Instituto de Educação em que o governo se comprometia em apoiar com a aquisição de móveis; a Faculdade de Medicina, que tinha como diretor o Doutor Onofre Lopes, e era subvencionada pelo governo estadual; a Faculdade de Filosofia, que aguardava autorização para o seu funcionamento. (RIO GRANDE DO NORTE, 1956, p. 111-112).

Sobre o ensino profissional, este era expresso pelas Escolas Feminina e Profissional do Alecrim. Eram os “únicos setores, através dos quais é difundido o ensino profissional.” O governador reporta em sua mensagem à expectativa de ajuda do governo federal para a instalação de novos cursos. (RIO GRANDE DO NORTE, 1956, p. 113).

Em 1957, Dinarte Mariz apresenta em sua mensagem o ensino superior que era formado pelas Faculdades de: Farmácia e Odontologia, Direito, Medicina, Filosofia e Serviço Social. Assinala-se ainda que as duas primeiras Faculdades eram mantidas pelo governo estadual e as demais eram de iniciativa privada. Nesse

---

<sup>16</sup> “A vitória de Dinarte Mariz, para governador do estado em 1955, deu à UDN a liderança na política norte-rio-grandense, empurrando o PSD, então a mais forte agremiação partidária, para uma posição subalterna.” (TRINDADE, 2010, p. 239).

período, havia a pretensão de abrir uma Escola Politécnica do Rio Grande do Norte para, em conjunto com as Faculdades existentes formar os núcleos iniciais da Universidade Norte-rio-grandense. (RIO GRANDE DO NORTE, 1957, p. 131).

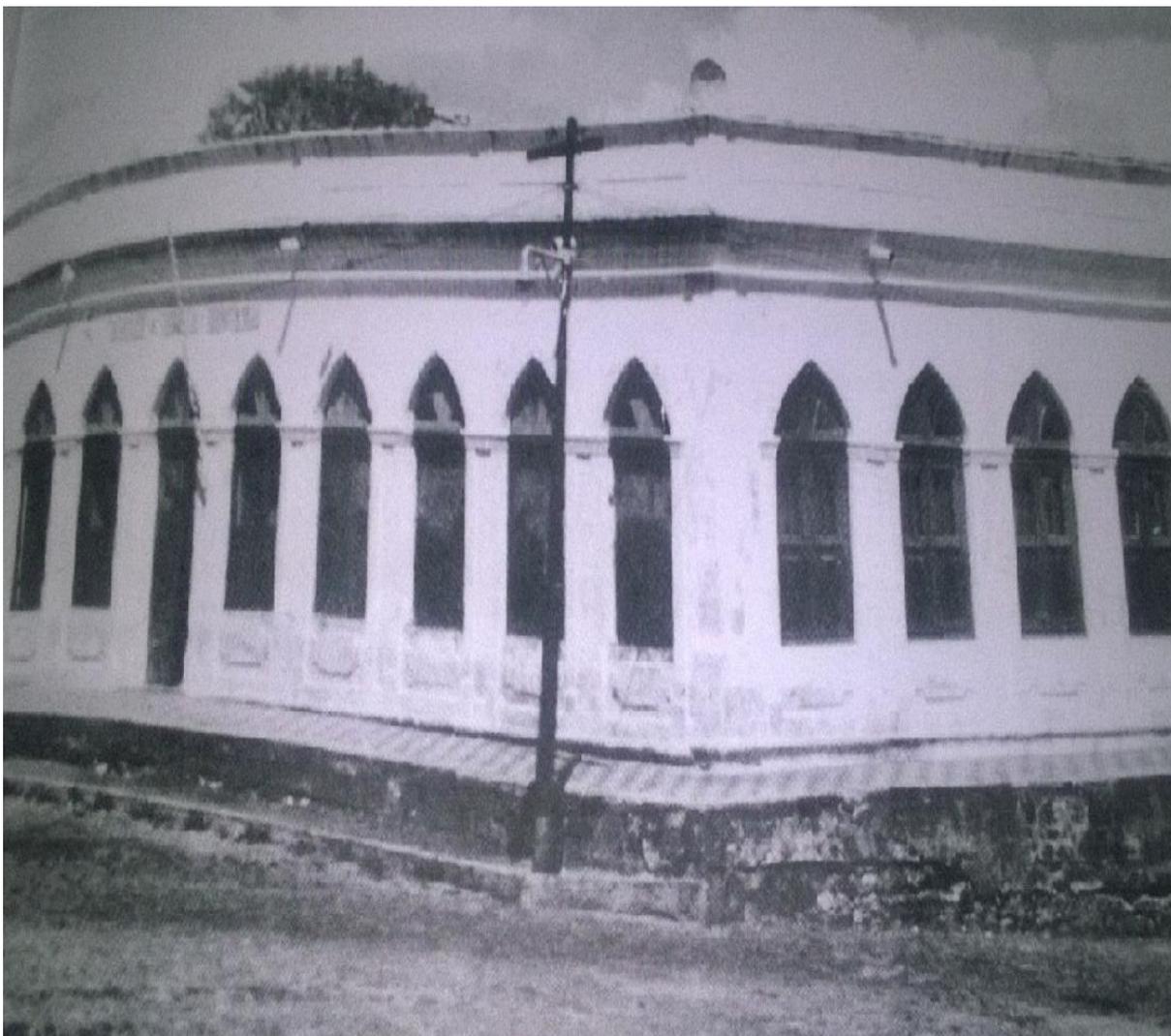
A partir das mensagens dos governadores acerca do ensino profissional, percebe-se que há recorrência dos partidos políticos se utilizarem do passado para o poder e autenticar novos partidos. E para isso, recorriam as crenças, valores, e a herança política. (LIMA, 2010, p. 44).

É preciso frisar que Dinarte Mariz reformou o ensino primário, por meio da Lei nº 2171, de 06 de dezembro de 1957. Essa reforma havia sido anunciada por Dinarte Mariz em sua Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado, em 1º de junho de 1957, num contexto de denúncia de problemas no sistema educacional do Estado. ” (PAIVA et al, [2017], p. 16).

\*\*\*

### 3 AS AÇÕES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PARA O ENSINO PROFISSIONAL (1908-1957)

**Figura 3- prédio do Colégio Atheneu Norte-rio-grandense em que funcionou a Escola de Farmácia e Odontologia**



Fonte: foto de autor desconhecido, Portal da Memória (UFRN, 2005)

O intuito desta seção consiste em apresentar os resultados do mapeamento das iniciativas do Estado do Rio Grande do Norte acerca do ensino profissional, no período de 1908-1957. Essas iniciativas do Estado também foram desencadeadas pela reforma da instrução pública, em 1907, por meio da Lei nº 249, de 22 de novembro, que autorizava a reorganização do ensino primário.

Conforme discutido na seção anterior, com a análise documental pode-se destacar que o Código de Ensino (1911) foi uma das determinações do Estado no que se refere ao ensino profissional, tendo em vista que uma das propostas se pautava na preparação profissional do magistério primário de responsabilidade da Escola Normal e do Grupo Modelo, preparação essa custeada pelo Governo.

A pesquisa realizada foi fundamentada no entendimento de que “a expansão documental começa com a gradual multiplicação de possibilidades de fontes textuais – isto é, fontes tradicionalmente registradas pela escrita.” (BARROS, 2010, p. 03). Sendo assim, as fontes escolhidas foram decretos e legislações, regimentos internos das escolas, mensagens dos governadores que foram publicadas anualmente e estão disponibilizadas pelo Instituto Histórico Geográfico do RN e Arquivo Público do RN, caracterizadas como oficiais.

As fontes históricas, matéria básica do pesquisador, remetem ao que o homem tem produzido ou trazendo vestígios de sua referência e pode proporcionar um acesso à compreensão do passado. Como também são escolhas, tendo em vista que se compreende como seleções de um material de quem o produziu, conservou e organizou os arquivos. Portanto, elas não falam por si, o pesquisador necessita ir além do que está descrito. As fontes ainda são os elementos que ligam a teoria com a metodologia, nesse sentido, devem ser problematizadas pelo pesquisador, uma vez que elas se caracterizam pela intencionalidade de sua construção.

Posto isso, a seguir, apresentamos o resultado do mapeamento das iniciativas do Estado do Rio Grande do Norte no que concerne a criação de cursos e escolas de ensino profissional. Vejamos a Tabela 1:

**Tabela 1 – Mapeamento de cursos e de Escolas Profissionais de iniciativa do Estado do RN**

<b>Período</b>	<b>Quantidade de Documentos</b>	<b>Criação de Escolas Profissionais ou Cursos</b>
1908-1909	13	Escola Normal de Natal (1908); Escola de Música – Reorganização (1909)
1910-1919	35	Código de Ensino (1911) – Criação de cursos profissionais; Escola Doméstica (1914)
1920-1929	46	Escola Normal de Mossoró (1922); Curso profissional feminino – Grupo Escolar Duque de Caxias em Macau (1929); Escola de Farmácia e Odontologia (1923); Escola profissional do Alecrim – Grupo Escolar Frei Miguelinho (192?)
1930-1939	255	Escola no 2º ano do curso complementar feminino da Escola Normal (1931); Escola doméstica (1937); Liga Artístico-Operária de Natal (1938); Escola Feminina de Comércio de Natal (subvenção do Estado 1938 e 1939); Cursos comerciais- anexos aos seguintes colégios: “Santo Antônio” (para homens), “Imaculada Conceição” (para mulheres) (1935); Curso comercial no colégio “Sagrado Coração de Maria” (para moças), em Mossoró (1935); Cursos femininos foram instituídos no Grupo Escolar “Izabel Gondim” e “João Tibúrcio” (1935)
1940-1949	124	Escola de Serviço Social (1945); Curso primário elementar – artesanato e aprendizagem industrial-agrícola (1947); Faculdade de Direito (1949); Escola Agrícola de Jundiá (1949)
1950-1957	19	Associação de Escoteiros – oficinas de Marceneiro, Tipógrafo e Sapateiro (1951); Faculdade de Medicina (1955); Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Natal (1955); Escola de Engenharia de Natal (1957)
<b>Total</b>	492	Escolas: 12 Cursos: 8 Escolas subvencionadas: 2

Fonte: Produção da autora a partir dos decretos e legislações do Estado do RN

A partir dos dados obtidos na pesquisa, o discurso que será trazido à tona é ressaltado na etapa de análise dos dados, portanto, é preciso considerá-lo, conforme Gonçalves (2012), como ação da linguagem que proporciona a mediação do relacionamento do homem com a realidade natural e social em que ele está inserido e a sua história.

Chartier<sup>17</sup> (2002, p. 218), ao assinalar sobre cultura política e cultura popular, afirma o reconhecimento da “estreita imbricação, na escrita de Estado, entre o simbólico e o instrumental [...]” Nesse sentido, na análise dos documentos oficiais do Estado do RN, pode-se inferir que a escrita se tornou um elemento da sua dominação, do seu poder. Como também, é preciso refletir que:

Será, portanto, necessário examinar de perto as políticas arquivistas dos Estados modernos para compreender os critérios que lhes permitiram discriminar o que deve ser conservado e o que pode ser destruído, e também o que resulta propriamente da continuidade dinástica — logo estatal — e o que pertence, privadamente, aos servidores do Estado. (CHARTIER, 2002, p. 219).

Por isso, a pesquisa documental se fundamenta também no método indiciário. Pois, referente ao ensino profissional, os indícios mostram que as ações do Estado foram pautadas nas criações de escolas, cursos e subvenções. Porém, considerando aquilo que o Estado pode determinar como conservação nos documentos oficiais. Além disso, é fundamental assinalar a problematização de Chartier (2002, p. 220):

Por exemplo, numa sociedade familiarizada com a leitura silenciosa, quais as razões e as ocasiões em que é ainda necessária a leitura pública, em voz alta, dos textos emanados do Estado? Trata-se de fazer a recolha dos dados que podem indicar evoluções importantes nas taxas de alfabetização, bem como diferenças geográficas que não deixam de ter efeitos nas possibilidades e nas modalidades da ação do Estado [...].

Nesses termos, a nossa seleção e análise das fontes consideram o entendimento de documento de Le Goff (2003, p. 536), quando exprime que é escolha do historiador, parte dos materiais da memória em conjunto com os monumentos, caracterizados como herança do passado. Isto remete a atenção para o processo de investigação em que é necessário problematizar o contexto no qual as legislações foram elaboradas e as intencionalidades de seu discurso. Sobre a importância de se considerar o contexto das legislações, Gonçalves destaca que:

Essa opção tem o fato de a legislação, em si mesma, ser uma fonte recorrente, entre os historiadores da educação, sem que o processo de sua construção seja levado em conta. Em algumas pesquisas que tomam as leis como fontes, transparece que elas encerram numa prescrição ou numa

---

<sup>17</sup> Chartier (2002) ressalta o Estado no Antigo Regime. Na dissertação, utiliza-se a ideia do autor sobre a escrita do Estado.

norma reguladora, como se fosse passível de ser simulada, antecipada, assumida como neutra e previsível” (GONÇALVES, 2012, p. 17).

Dentro dessa perspectiva, a pesquisa parte de indícios que indicam os vestígios da existência de algo a procurar. Por isso, o pesquisador busca investigar os sinais em seu objeto de estudo. Sendo assim, sobre o método indiciário, Ginzburg (1991) afirma que este atribui sentido e significado aos detalhes, observando minuciosamente as singularidades do conjunto. Por isso, através dos documentos oficiais dos resultados do mapeamento observa-se que os indícios do ensino profissional no Estado do RN são significativos pelas criações dos cursos e de escolas.

É relevante mencionar que as criações de escolas e cursos perpassaram por um processo de decisão do Estado do RN de acordo com cada período, levando em consideração as motivações dos gestores e o contexto social e político norte-riograndense. A partir da história política pode-se compreender que:

[...] a análise dos processos de decisão mostra que os que decidem em política conservam uma certa liberdade de manobra: em sociedades tão complexas e diferenciadas como as nossas, os interesses são tão diversos e mesmo contraditórios que seu entrecruzamento e suas divergências conferem aos políticos um poder de arbitragem. (REMOND, 2003, p. 447).

Sobre o método indiciário, fundamentado em Ginzburg, o autor Barros (2010, p. 11) assinala que “esta atenção simultânea aos detalhes e pormenores, de um lado, e às muitas vozes de um texto ou às múltiplas versões de um processo, de outro, corresponde ao que estaremos chamando aqui de uma ‘análise intensiva das fontes’.” Portanto, é relevante acrescentar que a partir dessa análise, é imprescindível diante das fontes considerar que a função do pesquisador:

[...] não será a de julgar um crime, mas avaliar representações, expectativas, motivações produtoras de versões diferenciadas, condições de produção destas versões, além de captar a partir da documentação detalhes que serão reveladores do cotidiano, do imaginário, das peculiaridades de um grupo social, das suas resistências, das suas práticas e modos de vida. (BARROS, 2010, p. 10),

Ainda sobre a ação do pesquisador junto às fontes, Barros (2010, p. 05) ressalta que, “[...] com um olhar intensivo, que aproxima o historiador do olhar do detetive ou do criminalista que investigam indícios, mas também do médico que

tenta enxergar a grande doença por trás dos pequenos sintomas.” Sobre isso, Ginzburg compara o paradigma indiciário como:

O conhecedor de arte é comparável ao detetive que descobre o autor do crime (do quadro) baseado em indícios imperceptíveis para a maioria. Os exemplos da perspicácia ao interpretar as pegadas na lama, cinzas de cigarro etc., são, como se sabe, incontáveis. (GINZBURG, 1989, p. 145).

A partir da análise das fontes, interpreta-se que o Estado do RN utilizava-se da iniciativa das subvenções para a manutenção das escolas existentes, quando não era possível criar novas instituições educacionais e cursos, ambos de ensino profissional.

A subvenção, de acordo com a Reforma João Luiz Alves da Rocha Vaz<sup>18</sup> (BRASIL, 1925, p. 263), no que se refere ao ensino primário, no capítulo III afirma que: “Art. 26 – A criação e a situação de escolas subvencionadas obedecerão às mais urgentes necessidades da população, tendo em vista a estatística dos menores em idade escolar (8 a 11 anos de idade).”

A Reforma João Alves estabelecia fundamento para as subvenções em que a União apoiava os estados com o intuito do crescimento do ensino primário. (NAGLE, 2009, p. 308), característica do sistema político que integrava essa ação à educação. Segundo Araújo (1979, p. 116-117), esse contexto contribuiu para a restrição da competência estadual, diante da municipalização que provocou uma desvalorização da educação.

Conforme a tabela 01, nota-se que dentre as instituições subvencionadas, estão as Escolas de Comércio. De acordo com a mensagem do Governador Mário Câmara (1935), o Estado destinou para essa instituição de ensino profissional: 10:000\$<sup>19</sup> em 1938 e 10:000\$ em 1939.

Como também, o Estado subvencionou a Escola Doméstica, como foi mencionado na tabela 01. Essa subvenção se caracterizou pela a doação do terreno para a construção do prédio da instituição, assim como pelas reformas, quando o Governo do Estado atendeu à Liga de Ensino, concedendo um auxílio de 30:000\$<sup>20</sup>

---

<sup>18</sup> A Reforma João Luiz Alves (Decreto 16.782-A de 13 de janeiro de 1925) foi considerada a medida mais abrangente, pois colaborou para o sistema brasileiro referente à reorganização. Segundo Nagle (2009, p. 158) isso se deve “porque, no decreto figuram dispositivos que interessam ao ensino primário, secundário e superior, além de outros que se referem à administração escolar.”

<sup>19</sup> Dez mil réis, valor em dinheiro desse período.

<sup>20</sup> Trinta mil réis, valor em dinheiro desse período.

que restaurou o edifício para dar condições para o seu funcionamento. (RIO GRANDE DO NORTE, 1935).

Conforme Aquino (2007, p. 81), a subvenção pública no Estado do Rio Grande do Norte para “[...] os estabelecimentos de ensino privado foram práticos arraigadas na cultura política brasileira, vindas de épocas bem remotas, e sempre se renovando em cada época, assegurada pela legislação. ”

Essa subvenção também remete que à “análise da escrita de Estado entre os séculos XII e XVII deve ter em conta a mistura do público e do privado que caracteriza a sua produção, a sua conservação e os seus usos.” (CHARTIER, 2002, p. 219). Ou seja, essa característica da subvenção estatal é um elemento da construção do Estado Moderno.

Outro ponto a destacar quanto ao ensino profissional e as ações do Estado do RN, diz respeito ao Regulamento para inspeção Médico-Escolar no Rio Grande do Norte (1923), em seu artigo 2º afirma que a “inspeção abrangerá todos os estabelecimentos estaduais, municipais e particulares de ensino primário, normal, profissional e secundário de todo o Estado.” Nesse sentido, esse artigo reafirma o regulamento do Departamento de Educação em 1926, pois a partir dos órgãos (o corpo administrativo das escolas, colégios, instituições e sociedades subvencionados pelo Estado) também se notava as Escolas Profissionais e a Escola de Farmácia e Odontologia.

De acordo com a seção anterior, o Departamento de Educação elaborou os regimentos internos das Escolas Rudimentares, Escolas Isoladas e dos Grupos Escolares (Decreto 265, de 24 de março de 1925) com o intuito do cumprimento dos regimentos internos dos grupos escolares e das escolas isoladas, através do programa de estudos.

Dentre as leis pensadas pelo Estado do RN para o ensino é relevante destacar a Lei Orgânica para o Ensino Primário (Decreto-Lei nº 683, de 10 de fevereiro de 1947) que afirma que um dos objetivos desse ensino consistia, conforme o art.1º, em “[...] elevar o nível dos conhecimentos úteis à vida na família, à defesa da saúde e à iniciação do trabalho.” (RIO GRANDE DO NORTE, 1947, p. 08). A partir dessa afirmação, nota-se um indício em desenvolver o ensino profissional, uma vez que a introdução ao trabalho foi proporcionada pelo Estado do RN através da criação dos cursos e escolas, como também, de acordo com o

Capítulo III dessa Lei, verifica-se que o ensino primário obteve ligação com outras modalidades, como a aprendizagem industrial-agrícola:

Art.5º – O ensino primário manterá, da seguinte forma, articulação com as modalidades de ensino:

1 – O curso primário elementar com os cursos de artesanato e com os de aprendizagem industrial-agrícola.

2 – O curso primário complementar com os cursos ginásial, industrial, agrícola e de formação de regentes de ensino elementar. (RIO GRANDE DO NORTE, 1947, p. 08).

Na gestão de Sylvio Pedroza foram criados os Cursos Normais Regionais que contribuíram para que o ensino profissional atingisse à região interiorana norte-riograndense. A partir de sua mensagem, interpreta-se que o Estado através dessa difusão, apoiava-se no corpo docente que, segundo ele, tinha moralidade e intelectualidade para ministrarem os cursos:

A criação dos cursos normais regionais foi por mim decretada, já estando instaladas e funcionando os dos seguintes municípios: Nova Cruz, Ceará Mirim, Pau dos Ferros, Martins, Apodi, Florânia, Alexandria, Angicos, Açu e Macau. O Corpo docente desses cursos está constituído por pessoas de destacada projeção moral e intelectual do meio – médicos, bacharéis, sacerdotes, professores- todos com maior interesse em colaborar para a melhoria do ensino no interior do Estado. (RIO GRANDE DO NORTE, 1952, p. 76).

Nesse sentido, o curso Normal Regional foi fundamentado pela Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-Lei nº 8.350 de 1946) e no RN (Decreto-lei estadual nº 684 de 1947), “compondo a política nacional e do Rio Grande do Norte da década de 1950 que expressou a expansão do ensino normal, ou melhor, da formação docente por meio das Escolas Normais Regionais de Primeiro Ciclo no Estado.” (AQUINO; MEDEIROS NETA, 2013, p. 02).

É relevante acrescentar ainda que o Curso Normal Regional de Pau dos Ferros, por exemplo, foi considerado como principiante na formação docente na região do Alto Oeste do RN, “contribuindo para a disseminação da cultura pedagógica e as inovações técnicas e científicas específicas ao ato educativo e o papel que o professor desempenha no exercício do magistério.” (AQUINO, MEDEIROS NETA, 2013, p. 12).

Ressaltamos que a Lei Orgânica de Ensino Primário (1947) encontrava-se no contexto da Reforma Capanema no Brasil, que defendia currículos que

favorecessem a formação geral e técnica. Como também, dá-se ênfase nesse período à Lei Orgânica de Ensino Industrial que formava o técnico para a especificidade profissional.

De acordo com Cunha (2005, p. 120), a partir da Lei Orgânica de Ensino Industrial (1942), foram criados sistemas, regulamentando cada tipo de escola. Esses sistemas caracterizavam-se por um “conjunto de estabelecimentos de ensino que ministravam ensino de um determinado tipo, seguindo a mesma legislação que lhe dá os objetivos e os traços fundamentais na organização dos recursos educacionais.”

Outro aspecto a mencionar é o contexto brasileiro na década de 1940, que necessitava da demanda de obra de mão especializada para a indústria principalmente, por isso importava técnicos, que em sua concepção se definia:

[...] pela sua escolaridade. Técnico industrial, seria então, quem concluiu um curso de uma especialidade de escola técnica industrial reconhecida e tem seu diploma registrado na lei. Não haveria confusão entre o técnico e outra categoria profissional, o operário qualificado já quem teriam escolaridades diferentes. (CUNHA, 2005, p. 112).

Salienta-se que o projeto Capanema defendia por excelência a formação da escola não apenas para o trabalho, mas também para a cultura geral. Defesa da escola integral com formação ampla. O objetivo pautava-se na “[...] centralização da administração do ensino industrial nas mãos do Ministério da educação e descentralizava os seus custos, dividindo-os com os empresários.” Esse aspecto, também desencadeou críticas, tendo em vista a participação dos empresários no custeio desse tipo de ensino. (SOUZA, 2013, p. 128).

O projeto Capanema tinha como pretensão um conjunto de Leis de ensino industrial, agrário, comercial, normal, secundário através de uma reforma no começo de 1940. Segundo essa reforma, o ensino secundário era pautado no aspecto humanístico e o único com acesso à universidade. Quando os alunos não conseguiam ingressar para o ensino secundário, contavam com a alternativa do ingresso à preparação para o trabalho. (SCHWARTZMAN, 1939, p. 206).

A Lei Orgânica do Ensino Industrial, tinha como característica principal a imposição de um sistema de organização para este tipo de ensino no Brasil. Como também, mencionava o ensino igualitário para homens e mulheres, além de descaracterizar essa modalidade de ensino apenas para os pobres. O ensino

industrial foi o de maior relevância, comparado aos outros tipos de ensino, dado o contexto do país diante da industrialização. Ele pode ser definido ainda como:

[...] o de nível médio, sendo o primeiro ciclo destinado ao ensino industrial básico, de mestria, artesanal e de aprendizagem (por ordem decrescente de dificuldade e dedicação); e o segundo ciclo dedicado ao ensino técnico e pedagógico, sendo este último para a formação de docentes e administradores especializados em ensino industrial. (SCHWARTZMAN, 1939, p. 255).

O ensino agrícola, de acordo com o Plano Nacional de Educação<sup>21</sup>, tinha o intuito de formar profissionais com capacidade para atuar na direção, auxílio ou orientação no ambiente rural. Nessa modalidade havia um espaço destinado às mulheres no chamado ensino doméstico agrícola, com conteúdo de economia doméstica rural preparando para as mais diversas atividades externas ao lar. “As mulheres aprenderiam português, aritmética, elementos de ciências físicas e naturais, zootecnia, indústria de laticínios, horticultura, olericultura, fruticultura, sericultura, apicultura, arte culinária, costura [...]” (SCHWARTZMAN, 1939, p. 202).

O ensino secundário, segundo Capanema, deveria formar a personalidade do aluno para as imposições da sociedade. Para tanto, ele propõe o incentivo à cultura geral, a consciência patriótica e humanística, formação moral e ética através de práticas educativas. (SCHWARTZMAN, 1939, p. 208-209).

Portanto, a reforma de 1942 proposta por Gustavo Capanema, expressava a organização do ensino entre o ginásio (04 anos) e o segundo ciclo (03 anos) em que o aluno poderia optar entre o clássico e o científico. Como também, os cursos considerados profissionalizantes em que faziam parte do segundo ciclo como alternativa para os alunos que não tinham como ter acesso ao ensino superior. (SCHWARTZMAN, 1939, p. 208-207).

De acordo com Saviani (2007, p. 269), as reformas a partir do Projeto Capanema se caracterizavam como ordenação lógica que se concretizou em uma idêntica estrutura no que se refere à organização. Segundo o autor, essa estrutura baseava-se em:

[...] um ensino primário elementar com duração de quatro anos acrescido do primário complementar de apenas um ano. O ensino médio ficou verticalmente em dois ciclos, o ginasial, com duração de quatro anos, e o colegial, com duração de três anos e, horizontalmente, nos ramos

---

<sup>21</sup> “O Plano Nacional de Educação saiu na medida encomendada do questionário. Em maio de 1937, o Conselho Nacional de Educação encaminha a Capanema o texto final que é enviado pelo presidente ao Congresso para a sua aprovação.” (SCHWARTZMAN, 1939, p. 198).

secundário e técnico-profissional. O ramo profissional se subdividiu-se em industrial, comercial e agrícola, além do normal, que mantinha interface com o secundário. (SAVIANI, 2007, p. 269).

Posto isso, a partir do contexto do Projeto Capanema compreende-se que, no que se refere ao ensino agrônomo no Brasil, foi estabelecida uma organização que atuava “com relativo vigor, alguns institutos mais diretamente ligados aos interesses e exigências da agricultura, especialmente lavoura cafeeira.” (NAGLE, 2009, p. 310).

No Estado do RN, acerca do ensino agrônomo, de acordo o resultado mencionado na tabela 1, foi criada a Escola Agrícola, no contexto em que as atividades econômicas eram baseadas na agricultura e pecuária. Foi considerada a “primeira escola de agricultura e zootecnia, a Escola de Jundiá, destinada ao ensino teórico e prático das matérias indispensáveis ao exercício dessas profissões.” (ARAÚJO, 1979, p. 175). Conforme a mensagem de Sylvio Pedroza, nota-se ainda que:

[...] a Escola de Jundiá o centro único de que dispõe o Estado para a formação de equipes de técnicos ou práticas agrícolas. Da melhoria crescente de suas possibilidades, poderá ser considerável a sua contribuição no sentido da transformação racional de nossa paisagem rural. (RIO GRANDE DO NORTE, 1952, p. 22).

Referente ao ensino industrial, menciona-se que no Brasil foram preservados os aspectos de uma educação voltada para os desafortunados. E para o ensino comercial, havia a relevância “de desenvolver apenas a formação correspondente ao preenchimento dos cargos da administração pública, especialmente os de nível mais elevado na hierarquia profissional.” (NAGLE, 2009, p. 310).

No caso norte-rio-grandense, as escolas comerciais foram fundadas em 1924 e 1926, no município de Natal e foram fechadas segundo Araújo (1979, p. 181). Eram caracterizadas por serem de iniciativa religiosa e eram submetidas às associações de leigos. A breve existência foi articulada às instituições privadas leigas.

É importante assinalar que a Reforma do Ensino Primário, Lei nº 2.171, 6/12/1957, também foi uma estratégia do Estado do RN no que se refere ao ensino profissional, pois a Escola Normal de Natal tornou-se um Instituto de Educação que tinha como objetivo a melhoria da organização do ensino com os cursos de aperfeiçoamento e especialização. (AQUINO, 2007). Sobre essa Reforma é válido sublinhar que:

No governo de Dinarte de Medeiros Mariz (1956-1961), coube ao estado do Rio Grande do Norte empreender uma reforma educacional (Lei nº. 2.171, de 06 de dezembro de 1957), preconizando organizar e fixar as bases da educação primária e da formação do magistério primário, mediante proposições do Plano de Reconstrução da Educação, sistematizado por Anísio Spínola Teixeira e colaboradores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. (ARAÚJO, 2015, p. 167).

O Estado norte-rio-grandense aplicou a Reforma de Ensino no ano de 1959, conforme a mensagem do governador Dinarte Mariz em que menciona os cursos de treinamento realizados pela Secretaria do Estado da Educação e Cultura, como forma de orientação para o magistério diante das modificações propostas na nova lei de ensino. (RIO GRANDE DO NORTE, 1959, p. 54).

Decorrente da Reforma de Ensino no ano de 1957, o governador Dinarte Mariz estabeleceu a criação de Seminário para Diretores e Professores Regionais, o qual foi realizado com a proposta de discutir as problemáticas dos estabelecimentos de ensino. Além disso, na mensagem o governador salientou a expansão das ações da Reforma de Ensino em outros municípios do Estado.

Considerando o mapeamento dos decretos e legislações do RN, temporalmente as ações do Estado referente ao ensino profissional foram identificadas da seguinte forma: 1910 a 1919 caracteriza-se como o período em que o governo estadual organiza a criação de maior quantidade de cursos, isso pode ser interpretado devido ao Código de Ensino (1911); 1920 a 1929 e de 1940 a 1949 as ações foram as mesmas com as fundações de três escolas profissionais e um curso em cada década; 1930 a 1939 foi o único período em que as subvenções às escolas que ofereciam cursos profissionais foram mencionadas.

Com base nisso, concernente ao Estado do RN, os dados mostram que há a variação geográfica quanto ao ensino profissional, considerando que na capital concentrava-se o maior número de escolas e cursos, em relação aos municípios do interior.

Sobre a escrita dos documentos oficiais é também relevante refleti-la como elemento do Estado Moderno, como “companheira de todas as formas de propaganda monárquica: e assim que os programas decorativos de Versalhes supõem sempre a existência de textos que comentam, explicitam [...]” (CHARTIER, 2002, p. 227).

A partir dessa reflexão, portanto, pode-se inferir que o ensino profissional também foi um elemento de propaganda do Estado, quando enfatizava, por exemplo a formação da Escola de Farmácia e Odontologia e a Escola Profissional do Alecrim nas mensagens dos governadores.

Dentro dessa perspectiva, segundo Rémond (2003, p. 449) “o político é o ponto da maior convergência de séries causais, e sua complexidade torna-o mais difícil ainda de decifrar.” E, portanto, no que se refere à história política é preciso compreender ainda que:

[...] o historiador nem por isso crê que o político mantenha - (todo o resto sob sua dependência. Seria ingênuo acreditar que o político escapa das determinações externas, das pressões (as solicitações de todo tipo. Foi e continua sendo – uma contribuição das pesquisas das últimas décadas lançar luz sobre o jogo dos interesses, as correspondências entre os pertencimentos sociais e as escolhas políticas, acompanhar a intervenção dos grupos de pressão e mostrar que a decisão política era a resultante de uma multiplicidade de fatores. (RÉMOND, 2003, p. 445).

Por isso, tendo como base a história política infere-se que no ensino profissional do RN, também ocorreu o jogo de interesses, como por exemplo através das subvenções em que o investimento público foi para a iniciativa privada, como a Escola Doméstica.

Dessa forma, tendo como base o mapeamento acerca das ações do Estado referente ao ensino profissional, infere-se a análise que o seu papel no Rio Grande do Norte sofreu os rebatimentos do contexto brasileiro em que o período republicano:

[...] foi praticamente igual ao do regime monárquico, pois naquele se continuou a mesma política, baseada no mesmo sistema de valores. As iniciativas e realizações do Governo Federal, forçadas pelas novas circunstâncias sociais, especialmente da década de 1920- por exemplo, o desenvolvimento da industrialização e o aumento da complexidade das atividades econômico-financeiras e comerciais- não foram de natureza diferente daquelas que caracterizaram outros níveis e tipos de ensino. (NAGLE, 2009, p. 310).

Outro aspecto a ser analisado, é a pressão que o Estado sofreu a partir dos interesses em difundir o ensino profissional, referente à sua ampliação nos serviços oferecidos, na disputa do domínio tendo em vista que “não atuou isoladamente: foi

uma das modalidades, entre muitas outras, quando se considera o quadro geral da problemática brasileira da época [...]” (NAGLE, 2009, p. 299).

Considerando as ações do Estado norte-rio-grandense referente ao ensino profissional, compreende-se que foram em consonância com o contexto do Período Republicano brasileiro. A partir disso, concorda-se com a reflexão de Nagle (2009) quando assinala que:

[...] existiu foi uma estrutura de órgãos muito simplificada, que não sofreu mudança alguma, mais expressiva; na realidade do Império à República, o que se observa é a permanência da mesma posição do campo da administração escolar no conjunto da administração pública, bem como a permanência das mesmas funções da administração escolar em ambos os regimes. (NAGLE, 2009, p. 311).

Portanto, tendo em vista o mapeamento realizado, evidencia-se que o ensino profissional no estado norte-rio-grandense era expresso por meio da criação e oferta de cursos e escolas e pela subvenção, conforme os decretos e legislações analisados e o contexto de escolarização primária. Com base nisso, pretende-se investigar quais escolas e cursos foram criados e subvencionados pelo Estado do RN.

\*\*\*

## 4 ESCOLAS, CURSOS E SUBVENÇÕES DO ESTADO DO RN (1908-1957): O ENSINO PROFISSIONAL EM FOCO

**Figura 04- Escola de Serviço Social**



Fonte: foto de Lima e Melo, Portal da Memória (UFRN, 2005).

Considerando a análise dos decretos e legislações do período em estudo, pretende-se discutir as escolas profissionais, cursos e as instituições subvencionadas, resultados do mapeamento na seção anterior e que foram criados pelo estado norte-rio-grandense, tendo como base o contexto histórico das instituições de ensino profissional e as perspectivas de formações.

Dentre as escolas foram identificadas doze criações de instituições pelo Estado do RN voltadas ao ensino profissional, a saber: Escola Normal de Natal, Escola de Música (através da reorganização), Escola Normal de Mossoró, Escola Profissional do Alecrim, Escola de Farmácia e Odontologia, Escola Operária<sup>22</sup>, Escola de Serviço Social, Faculdade de Direito, Escola Agrícola de Jundiá, Faculdade de Medicina, Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Natal, Escola de Engenharia de Natal.

De acordo com os resultados do mapeamento apresentado na seção anterior, foi identificada a Escola Normal de Natal como uma das ações referente ao ensino profissional no Estado com vistas a formação de professores. Ela foi inaugurada em 13 de maio de 1908, após a reforma de instrução pública do ensino primário no Estado do RN, com planos de formar os professores para a atuação nas escolas primárias, instaladas no estabelecimento do Atheneu Norte-rio-grandense. Já as cadeiras eram realizadas através de contrato, com a direção de Francisco Pinto de Abreu. (SILVA, 2013, p. 81-82).

É preciso enfatizar que a história da Escola Normal de Natal foi caracterizada como intermitente. Ela foi autorizada em 1873, através da Lei nº 671 de 05 de agosto, e somente em 1874 foi inaugurada, e foi fechada em 1877. Ressurgindo novamente no período republicano. (SILVA, 2013, p. 78).

Em 1910, a Escola Normal foi transferida do prédio do Atheneu Norte-rio-grandense para o Grupo Escolar Augusto Severo, tendo em vista que este era considerado o modelo de ensino primário para o Estado do RN, permanecendo até 1937. Nesse mesmo ano, o curso da Escola Normal passou a ser ministrado no período de quatro anos. (SILVA, 2013, p. 82).

---

<sup>22</sup> Justifica-se a ausência da Escola Operária na seção 03, tendo em vista a dificuldade de mapeamento de fontes de como ela foi organizada pelo Estado do RN.

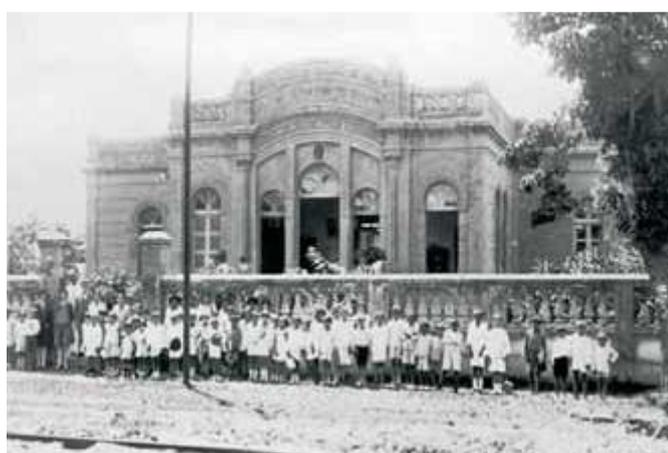
**Figura 05 – Grupo Escolar Augusto Severo**



Fonte: - Acervo fotográfico Natal ontem e hoje, Prefeitura do Natal, 2006.

Conforme Aquino (2007, p. 71, 79), a Escola Normal foi considerada instituição nômade, pelo fato de não possuir prédio próprio aspecto referente período, tendo em vista que não havia preocupação em construir prédios escolares fixos, desde o Império brasileiro. Esse fato, favoreceu suas mudanças durante o período de cinco décadas. A escola se manteve instalada em outros estabelecimentos de ensino, como o Grupo Escolar Antônio e Souza (1937-1941), prédio onde também funcionou a Associação dos Professores (APRN), ver figura 02.

**Figura 06 – Associação dos Professores (Prédio do Grupo Escolar Antônio de Souza)**



Fonte: Foto João Galvão. Prefeitura do Natal, 2006.

Porém, devido a dificuldades como a precariedade do prédio, que não contemplava as normas didático-pedagógicas, bem como as condições de higiene e

salubridade, a Escola foi transferida novamente, em 1941, para o espaço do Atheneu feminino e, em seguida, para o Grupo Escolar Augusto Severo até 1953, ano em que através da Lei nº 1.038, de 12 de dezembro, autorizava a criação do Instituto de Educação, no bairro de Petrópolis, inaugurado em 1954.

Em 1956, no governo de Sylvio Pedroza, foi “inaugurado o edifício número 400, na Praça Pedro Velho, hoje Praça Cívica, destinada à instalação da Escola Normal de Natal/ Instituto de Educação e a Escola de Aplicação.” (AQUINO, 2007, p. 81). A Escola Normal enquanto profissionalização feminina, no que se refere ao programa de estudos, também sofreu modificações em decorrência das reformas de ensino, leis e decretos, como também pela falta de estabelecimento próprio, conforme a autora destaca:

O curso normal apresentava estrutura curricular enciclopédica, uma vez que era composto por elementos de caráter literário universal e científico. Somente mais tarde assumiu moldes técnico-pedagógicos, ao assumir princípios e elementos dos Fundamentos da Educação. A socialização de saberes humanistas e profissionais era a tônica das práticas da instituição, que postulava a arte de saber-fazer como um método ativo. (SILVA, 2013, p. 111).

A Escola Normal no Brasil tinha como pretensão a formação de docentes para a escola primária, tendo em vista que “tornava-se necessária a reformulação dos padrões de ensino na escola normal, a fim de que o novo professor tivesse condições para executar a nova situação.” (NAGLE, 2009, p. 239).

Esse mesmo motivo elencado acerca da formação de professores para a escolarização primária se torna presente na Escola Normal de Natal, uma vez que é apontado pelo Estado do RN como uma necessidade:

[...] prioritária a criação de uma escola normal. O Decreto nº 178, de 29 de abril de 1908, já citado, criará essa escola, anexa ao Ateneu, tendo por finalidade de instruir candidatos de ambos os sexos ao magistério primário. (ARAÚJO, 1979, p. 163).

Na Escola Normal de Natal, ingressavam alunos com faixa etária de quinze a vinte e cinco anos. Os exames eram de dois tipos: o primeiro, que incluía as disciplinas estudadas nos dois primeiros anos; o segundo, que admitia os assuntos discutidos durante os quatro anos com a prática pedagógica das escolas que eram modelo, julgadas pela comissão de docentes. (ARAÚJO, 1979, p. 166).

Diante do contexto da necessidade de formar professores nas regiões distantes da Capital do Estado do RN, foi criada, portanto, a Escola Normal de Mossoró, criação estadual que colaborava com a formação do magistério do Estado norte-rio-grandense.

Convém assinalar que a inauguração da Escola Normal de Mossoró foi realizada no governo de Antônio José de Melo e Souza (1920-1923), com o intuito da qualificação dos docentes. De acordo com Silva (2013, p. 113), contudo, “a Escola Normal de Natal era a referência para a organização institucional, os métodos e processos didático-pedagógicos, práticas e ações normativas das demais instituições.”

Observa-se que o público feminino foi o principal a ser atendido na Escola Normal de Natal, visto que o curso se associava com frequência às mulheres. Silva (2013, p. 122) reflete que no estudo da formação dos professores no Brasil também se percebe essa presença feminina.

É mister mencionar que o ensino na Escola Normal de Natal, no século XIX, tinha um caráter humanista de preparação dos mestres de base científica propedêutica. (SILVA, 2013). Porém, no século XX, apresenta-se com elementos da ciência da educação com plano de ensino para o Curso Normal, segundo a autora fato esse que também se deve ao magistério ser considerado como profissão.

Também se faz necessário mencionar os cursos normais regionais que durante os quatro anos formavam os professores com disciplinas que eram consideradas predominantes voltadas à cultura geral (três primeiras séries) e apenas no último ano que a prioridade era o conteúdo didático-pedagógico, por isso era um currículo considerado enciclopedista. (AQUINO, MEDEIROS NETA, 2013 p. 07).

A Escola de Música também foi uma criação do Estado do RN no que se refere ao ensino profissional, através da sua reorganização, em 1909, com o Decreto Estadual nº 192, de 12 de março, que afirmava, no Art. 2º, “A Escola de Música funcionará no Teatro Carlos Gomes e terá um diretor, um secretário e um porteiro, os quais exercerão também estas funções no referido teatro.” (RIO GRANDE DO NORTE, 1909, p. 62-63).

Reportou-se também à Escola Profissional do Alecrim, fundação estadual, identificada na mensagem de Sylvio Pedroza, em 1951, como referência de ensino

profissional norte-rio-grandense ao ofertar cursos de corte e costura e bordados para meninas.

De acordo com as informações da Biblioteca Nacional Digital do Brasil, nos Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros, o governo estadual custeava os mestres das oficinas de serralheria, marcenaria, sapataria e funilaria que eram ofertadas pela Escola Profissional do Alecrim. (RIO GRANDE DO NORTE, 1922, p. 23). Em 1930, essa Escola teve como diretor o Professor Luís Soares Correia de Araújo que colaborou para o reestabelecimento das aulas de trabalhos femininos, mas sofria os rebatimentos de recursos insuficientes em que o estado norte-rio-grandense oferecia. Mesmo assim, a matrícula na instituição:

[...] sempre foi apreciável, distribuía-se naquele ano no seguinte modo: serralheria, doze alunos; marcenaria vinte e oito alunos; sapataria, doze alunos; bordado e costura, trinta alunos; não funcionou funilaria. Sentida era a necessidade de aulas semelhantes em outros grupos escolares, anseios que não se tornaram realidade, pois, até 1930, o Estado não teve condições financeiras de promover outras iniciativas desse gênero. Eram o que declaravam os governadores. (ARAÚJO, 1979, p. 174).

O Estado do RN não se preocupou somente com escolas e cursos profissionais como os da Escola Profissional do Alecrim, pois se ocupou, na fundação em Natal, das primeiras instituições de ensino superior. Como discutido na seção 2, em 1923, quando foi fundada a Faculdade de Farmácia e de Odontologia.

No século XX, nos primeiros anos, o contexto brasileiro tinha o regime das faculdades isoladas e escolas superiores, com o intuito de formar profissionalmente os professores. Em 1930, as discussões com a sociedade intelectual da época formada por escritores, jornalistas, docentes e políticos apontavam para a criação no país das instituições de ensino superior.

No Governo Provisório de Getúlio Vargas foi promulgada a Reforma de Ensino Superior, através do Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, que tinha o Estatuto das Universidades Brasileiras para o objetivo de nortear as criações do regime universitário que, por sua vez, consistia na condição da fundação das faculdades com atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Dentro dessa perspectiva, para a fundação de uma universidade era necessário que pelo menos constituíssem três das instituições: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação, Ciências e Letras, desenvolvendo ações de ensino, pesquisa e extensão.

Tendo como base esses aspectos, serão apresentadas as faculdades como expressões do ensino profissional que foram fundadas no RN pelo governo estadual. A Faculdade de Farmácia de Natal foi criada em 1923, pelo governador Antônio José de Mello e Souza. Importa dizer que durante a gestão de José Augusto Bezerra de Medeiros (1924-1927), o ensino foi suspenso, tendo em vista uma reforma educacional realizada pelo Governo Federal, a qual alegava que o Estado Norte-riograndense não teria condições financeiras para sua manutenção. Desse modo, o curso de Farmácia não teve como prosseguir nesse período, formando apenas uma turma que colou grau no ano de 1925, com apenas dois concluintes, como podemos perceber na figura 03. (GARCIA, 2008).

**Figura 07 – Lembrança da primeira turma de formandos da turma de farmacêuticos pela Escola de Farmácia.**



Fonte: Foto de Antônio Miranda, Portal da Memória (UFRN, 2005)

Criou-se a Faculdade de Odontologia de Natal, em 1923, pelo governador Antônio José de Mello e Souza (1920-1923), como curso anexo à Faculdade de Farmácia. A partir disso, foi chamada Escola de Farmácia e Odontologia de Natal. A cargo da direção esteve o médico Dr. Januário Cicco e como vice-diretor o médico Dr. Adolpho Ramires.

Para o retorno do ensino superior da Faculdade de Farmácia foram promovidas discussões pelo professor Luiz Correia Soares de Araújo<sup>23</sup>, diretor do Grupo Escolar Frei Miguelinho, nos anos de 1944 e 1945. A Comissão que criou essa instituição recorreu ao interventor federal pela volta do curso. E posteriormente, através do Decreto Estadual nº 682 de 03 de fevereiro de 1947, foi explanada a necessidade de formação de farmacêuticos e odontólogos para atuação na área de farmácia e saúde oral.

Segundo Garcia (2008, p. 31), o curso de Farmácia e Odontologia tinha como pretensão funcionar no prédio da Associação de Escoteiros do Alecrim, com a contribuição da Policlínica do Alecrim, tendo em vista favorecer as aulas práticas de Anatomia, fato esse também noticiado pelo jornal A República, em 15 de março de 1945.

O Estado, referente ao curso, estabeleceu: “[...] oficialmente, a quantia simbólica de trezentos e cinquenta mil réis (dinheiro da época, que parece, equivaleria a muito pouco na moeda de hoje), como honorários para os professores”. (GARCIA, 2008, p. 33). A partir desse aspecto, compreende-se que o Governo Estadual investe pouco no ensino profissional com recurso financeiro, bem como na remuneração dos docentes.

As aulas dos cursos de Farmácia e odontologia começaram em 1949, após a realização dos vestibulares, com uma turma de quatorze discentes, funcionando no edifício do Colégio Atheneu Norte-rio-grandense, na avenida Junqueira Alves. É importante ressaltar que a autorização se deu por parte do Governo Estadual, em turno noturno, uma vez que no diurno ocorriam as aulas próprias do Atheneu. (GARCIA, 2008). Na figura 04 podemos observar o prédio do Atheneu em que funcionou a Faculdade de Farmácia e Odontologia:

---

<sup>23</sup> “O professor Luís Soares destacava-se como figura singular. Pertencente a uma família importante, portador de grande prestígio na comunidade, era diretor do Grupo Escolar Frei Miguelinho, situado no bairro do Alecrim e chefe do escotismo.” (GARCIA, 2008, 30).

**Figura 08– Prédio do Colégio Atheneu Norteriogrاندense em que funcionou a Faculdade de Farmácia e Odontologia.**



Fonte: Foto de autor desconhecido, Portal da Memória (UFRN, 2005)

Referente ao ensino no Curso de Odontologia, as aulas eram teóricas e práticas, com duração de três anos com as seguintes disciplinas: Anatomia, Fisiologia, Histologia, Microbiologia, Metalurgia e Química Aplicada (1º ano); Clínica Odontológica, Prótese Dentária; Técnica Odontológica, Higiene e Odontologia Social (2º ano) e Clínica Estomatológica, Patologia e Terapêutica Aplicada, Ortodontia e Odontopediatria, Prótese Buco-Facial. (3º ano). Sobre as aulas práticas pode-se mencionar que:

[...] eram ministradas em um único consultório dentário existente no edifício do Centro de Saúde Pública, que se localizava na frente ao Atheneu e somente aos sábados pela manhã. Era um curso quase praticamente teórico. O ensino de Anatomia era ministrado por uma caveira humana. O Prof. Clemente Galvão, no começo do curso, quando lecionou a disciplina de Prótese Dentária na segunda série, levava os alunos para o laboratório particular de sua clínica para a orientação das práticas. (GARCIA, 2008, p. 34).

É importante assinalar ainda que os alunos não contavam com uma biblioteca para aprofundar os estudos. Desse modo, os discentes se organizavam através de apostilas que alguns docentes disponibilizavam, pois, os únicos livros que circulavam entre eles eram dois: Clínica Odontológica, de Coelho de Souza e Técnica Odontológica, de Dias de Carvalho. (GARCIA, 2008). A partir desse aspecto assinalado pelo autor, compreende-se que o Estado do RN também não disponibilizou para os alunos as condições necessárias para o aprendizado no

ensino profissional, uma vez que intermediar o edifício do Atheneu para o seu funcionamento não era o bastante. Nesse caso, faltavam as condições mínimas como: material didático e locais como laboratórios para as aulas práticas dos discentes. Mesmo diante dessas dificuldades, em 1951, foi formada a primeira turma de cirurgiões-dentistas do curso de Odontologia. Vejamos a figura 05:

**Figura 09 – Primeira turma de cirurgiões-dentistas do curso de Odontologia.**



Fonte: Garcia (2008).

Considerando que a estrutura do edifício do Atheneu não tinha condições adequadas para comportar os cursos de Farmácia e Odontologia, em 1954, o Estado do RN transfere esse tipo de ensino profissional para um novo local, na Avenida Campos Sales, esquina com a Rua Potengi. Ver figuras 06 e 07.

**Figura 10 – Construção do prédio da Escola de Farmácia e Odontologia**



Fonte: Foto de autor desconhecido, Portal da Memória (UFRN, 2005)

Com a mudança, o curso de Odontologia passou a ser diurno e o de Farmácia continuou noturno. Mesmo com essa iniciativa, os recursos eram insuficientes para a Escola. “O Estado dotava-a com uma verba que mal dava para gratificar os seus professores e o pessoal administrativo.” (GARCIA, 2008, p. 41).

**Figura 11 – Prédio da Escola de Farmácia e Odontologia.**



Fonte: Lima e Melo, Portal da Memória (UFRN, 2005)

Tratando-se da Escola de Serviço Social de Natal (1945-1955), esta foi concebida por Aluízio Alves, que era diretor da Legião Brasileira de Assistência (LBA)<sup>24</sup>, com apoio do Padre Nivaldo Monte, assistente eclesiástico da Juventude Feminina Católica Brasileira de Natal (JFCBN). Foi fundada no dia 2 de junho de 1945, tendo apoio financeiro da LBA, diante da necessidade de formar especialistas e técnicos para atuarem na resolução de problemas sociais, dado o contexto da Segunda Guerra Mundial e a seca de 1942.

Nesse sentido, as ações para o exercício dos técnicos (assistentes sociais), habilitados para os trabalhos voltados à promoção social que era desenvolvida pela Ação Católica no RN, denotavam uma formação universitária com ensino, pesquisa e extensão.

O contexto do surgimento da Escola de Serviço Social de Natal se deve pelos problemas sociais ocasionados pela seca de 1930 e 1942, considerando que colaborou para o processo migratório para a Capital do RN, bem como a Segunda

---

<sup>24</sup> “A Legião Brasileira de Assistência (LBA) havia sido criada, em âmbito nacional, em 1942, com o objetivo de prover as necessidades das famílias cujos chefes haviam sido convocados para a guerra. Ainda no mesmo ano, inaugurou-se uma sede local da LBA em Natal.” (LIMA, 2006, p. 103).

Guerra Mundial que contribuiu para o crescimento demográfico. Diante desse processo, pode-se ainda mencionar como:

[...] elemento complicador, o aspecto do abandono econômico e emocional das famílias que tiveram seus pais ou filhos convocados para a guerra. Neste cenário, o Rio Grande do Norte tinha sido mais uma vez assolado pelo fenômeno da seca (1942), aumentando mais ainda o fluxo migratório do campo para a cidade. Cresceu a mendicância, o número de crianças abandonadas e a delinquência juvenil. (LIMA, 2006, p. 102).

A partir das demandas sociais que surgiram na Cidade do Natal, antes da fundação da Escola de Serviço Social, foram inicialmente realizados Cursos Intensivos como formação para as primeiras Visitadoras Sociais (termo utilizado na época para as assistentes sociais). Na Escola Doméstica, foi realizado o primeiro curso tendo uma duração de 45 dias, com 25 alunas no final de 1942 e começo de 1943, em caráter emergencial. Posteriormente, o curso durou seis meses. (LIMA, 2006).

No curso de Serviço Social, entre o período compreendido entre 1945 e 1955, ocorreram aulas teóricas e práticas, com disciplinas que envolviam aspectos como Religião, Doutrina Social da Igreja, Moral, Círculo de Estudos, Psicologia, Sociologia, Direito, Alimentação, Puericultura, Legislação do Trabalho, Educação, Estatística. Esses conteúdos constituíam a base para atuação social junto ao público que era atendido e para responder às demandas que surgiam nas áreas da saúde, educação e família. A partir da análise do currículo, pode-se afirmar que ele recebeu influência das Escolas de Serviço Social de São Paulo e Rio de Janeiro e da Europa. As aulas eram:

[...] ministradas por padres ou leigos de formação moral católica sólida. O seu Diretor-Presidente era o Assistente Eclesiástico da Juventude Feminina Católica. As pessoas que desejavam fazer o Curso de Serviço Social deveriam apresentar boas referências por intermédio de três pessoas idôneas. Os requisitos para a escolha do corpo docente eram: cultura, estudo, boa formação cristã, devendo ser reconhecidamente cristãos e homens honestos. (LIMA, 2006, p. 104).

Nesse sentido, compreende-se que a formação docente e o curso de Serviço Social recebiam forte influência da Igreja Católica. Esse aspecto, esteve presente na Escola de Serviço Social nas primeiras décadas. Somente em 1956, que através do reconhecimento junto ao MEC como instituição de nível superior, passou por uma

laicização, sendo agregada posteriormente, em 1958, à Universidade Federal do Rio Grande do Norte. (LIMA, 2006).

**Figura 12 –Escola de Serviço Social.**



Fonte: Lima e Melo, Portal da Memória (UFRN, 2005).

A Faculdade de Direito de Natal, fundada em 1949, foi motivada a partir da elite jurídica de formar bacharéis em Direito. Nesse ano, devido ao centenário do nascimento do jurista Amaro Cavalcanti, o governador Augusto Varela, através da Lei Estadual nº 149, de 15 de agosto de 1949, autoriza a criação da instituição de ensino superior.

As atividades do curso de Direito, compreendiam um currículo de aulas teóricas com as disciplinas e práticas, por meio dos estágios. Nas disciplinas, o aluno tinha conhecimento acerca da área de trabalho jurídico como advocacia e promotoria. Os estágios eram realizados quando o aluno era concluinte; operavam-se nas instituições públicas e privadas, como escritórios de advocacia no Estado do RN.

Na Faculdade de Direito faziam-se cursos com os docentes que atuavam na instituição na condição de convidados de outros estabelecimentos de ensino jurídico no Brasil, como forma de fortalecer o ensino profissional nessa área. Como exemplo disso, houve a VIII Semana de Estudos Jurídicos, realizada em Natal, que reuniu delegações de quase todo o país para discutir os problemas nacionais desse período.

**Figura 13 –Faculdade de Direito.**



Fonte: Lima e Melo, Portal da Memória (UFRN, 2005)

É relevante acrescentar que o Estado do RN intervia no curso de Direito através das nomeações dos professores. Fato esse que, em 1957 ocasionou greve no corpo docente, tendo em vista que discordavam da atitude do governador Dinarte Mariz e reivindicavam a seleção dos docentes através de concurso. Após essa situação, o Estado atendeu à solicitação dos estudantes. Com esse aspecto, compreende-se que a nomeação dos docentes também era uma forma de atender os interesses do Estado no que se refere ao ensino profissional do Curso de Direito.

Em 1949, foi criada por iniciativa estadual, a Escola Prática de Agricultura, que atualmente é denominada como Escola Agrícola de Jundiá, idealizada pelo governador José Augusto Varela, com o intuito de colaborar para a cultura e educação do estado norte-rio-grandense, conforme Aquino (2007):

José Augusto Varela, promulgou, em 1949, no final do seu mandato (e cuja execução traria importante contribuição cultural e educacional do Estado), tais como a Lei nº. 291, que criou o Museu e Arquivo Público do Estado (RIO GRANDE DO NORTE 1949<sup>a</sup>); a lei 202, que criou a Escola Prática da Agricultura, em Macaíba (RIO GRANDE DO NORTE 1949<sup>b</sup>). (AQUINO, 2007, p. 58).

Tendo em vista o ensino agrícola, é importante assinalar que, no Brasil, a partir de 1920, essa modalidade contribuiu para a "[...] escola na tarefa de formar a mentalidade de acordo com as características da ideologia do 'Brasil-

essencialmente-agrícola’, e o que importava, também, em operar como instrumento de fixação do homem no campo.” (NAGLE, 2009, p. 257).

Nesse sentido, a Escola Agrícola de Jundiáí no RN, em sua fundação, tinha o curso com duração de três anos e possuía disciplinas que eram voltados à prática. A Escola Prática de Agricultura foi transformada em ‘Escola Agrotécnica de Jundiáí’, pelo convênio firmado entre o estado do Rio Grande do Norte e o Ministério da Agricultura, em 09 de abril de 1954. E referente à sua perspectiva de formação não era identificada a de aspecto geral, pois se tratava de um curso elementar. Como também:

[...] eram ensinados Aritmética e Geometria, Geografia Elementar, Noções de Física e Química, Mineralogia e Geologia Agrícolas, Botânica e Zoologia, Moléstias das Plantas, Agricultura Geral e Especial, Economia Rural, Higiene e Alimentação de Animais Domésticos, Noções de Anatomia e Fisiologia dos Animais, Medicina Veterinária, e aulas práticas de Horticultura e Avicultura. (ARAÚJO, 1979, p. 175).

Em 1955, foi criada a Faculdade de Medicina que, de acordo com Silva (2006), funcionou até 1963 como faculdade isolada, ano em que se vinculou à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O contexto de sua criação foi marcado pelo período de pós Segunda Guerra Mundial. O currículo era caracterizado como técnico/racional, como também o conhecimento era baseado na experiência dos docentes no atendimento aos pacientes, o que impulsionava a participação política desses profissionais na sociedade, dada a conjuntura da época.

A Faculdade de Medicina foi autorizada pelo Decreto Federal nº 37.931, de 20 de setembro de 1955, diante da necessidade de formação de médicos para atuarem com habilitação no desenvolvimento de atividades junto à assistência hospitalar no Estado do RN.

**Figura 14 – Faculdade de Medicina.**



Fonte: Lima e Melo, Portal da Memória (UFRN, 2005)

É relevante acrescentar que a Faculdade de Medicina de Natal foi idealizada pelo médico Januário Cicco<sup>25</sup> que, através dos debates na Sociedade de Assistência Hospitalar (SAH), em que era presidente, defendia a sua criação, como também, foi projetada pelo médico Onofre Lopes da Silva. Nesse período, no RN, o cenário político era caracterizado pela:

[...] escassez de investimentos em políticas públicas, que Januário Cicco vai encontrar na cidade de Natal, iniciando então, sua trajetória em busca da criação de um hospital para assistência à população. Para isso, precisavam ser criadas condições físicas e humanas, pois a necessidade social já estava posta e a política de saúde, mesmo pensada não era executada. (SILVA, 2008, p. 51).

Portanto, dentre os fatores que levaram à criação da Escola de Medicina, pode-se mencionar o contexto da precariedade da assistência da saúde no município de Natal, que motivou a solicitação de Januário Cicco ao Governador Alberto Maranhão pela construção de um “[...] Hospital da Caridade em Natal – cidade de clima ameno, ensolarada, propícia para a cura de diversas doenças e para onde acorriam pessoas doentes de todo o Estado do Rio Grande do Norte e, até mesmo, de outros Estados.” (SILVA, 2008, p. 51).

Onofre Lopes da Silva através do diálogo com Ovídio Montenegro amadurece a fundação da Escola de Medicina. “Em 1955, numa reunião da Sociedade às vésperas da Semana de Estudos, Onofre Lopes apresenta o programa científico da reunião e a resolução fundando a Faculdade de Medicina e que foram aprovados.” (ARAÚJO, 2000, p. 62).

Nesse sentido, considerando a conjuntura do RN que inaugurava um curso de medicina, em 1955, no mesmo ano é criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal, em 12 de março, pela Associação de Professores do Rio Grande do Norte (APRN) como instituição de formação para os docentes atuarem no ensino secundário e superior na área de ciências humanas e sociais, no âmbito público e privado. (MENDONÇA, 2013).

A formação dos alunos na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal consistia em aulas teóricas e práticas, por meio dos estágios. Com o intuito de

---

<sup>25</sup> “Januário Cicco chegou a Natal, em 1906, quando o Brasil ainda lutava pela criação de mecanismos formais de participação social e política.” (SILVA, 2008, p. 49).

contribuir para a habilitação dos estudantes nas instituições públicas e privadas, através dos saberes humano e científico.

É importante destacar que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal foi um dos instrumentos que colaborou para a formação em Psicologia no RN, a partir da docência no curso de Pedagogia, especificamente na Psicologia da Educação, o que contribuiu de forma expressiva para o desenvolvimento do estado norte-rio-grandense no que concerne ao aspecto científico. (MENDONÇA, 2013).

Fundou-se a Escola de Engenharia de Natal em 11 de setembro de 1957, a partir da Lei Estadual nº 2.045, promulgada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, idealizada pelo engenheiro Fernando Cysneiros.<sup>26</sup> Ele tinha a pretensão de difundir no Estado do RN o ensino superior, principalmente para os engenheiros civis que tinham necessidade de formação.

Nesse sentido, os engenheiros civis, por meio da ciência moderna da Engenharia Civil, estariam aptos para atuar com maior técnica nas construções como estradas, pontes, edifícios, residências e obras relacionadas às secas na região norte-rio-grandense. Posteriormente, surgiu a demanda na construção civil de formação de engenheiros elétricos que fossem habilitados para atuarem na área de eletrônica, eletrotécnica e telecomunicações. (MENDONÇA, 2013).

O contexto da criação da Escola de Engenharia é marcado por uma época em que o Brasil vivenciava o desenvolvimento no Governo Juscelino Kubitschek, por isso se fazia necessário formar engenheiros para colaborar nesse processo. Por isso, essa carência foi discutida através da possibilidade da Escola de Engenharia no RN, com os encontros no Clube dos Engenheiros, na Ribeira, em Natal. (SOUZA, 2003)

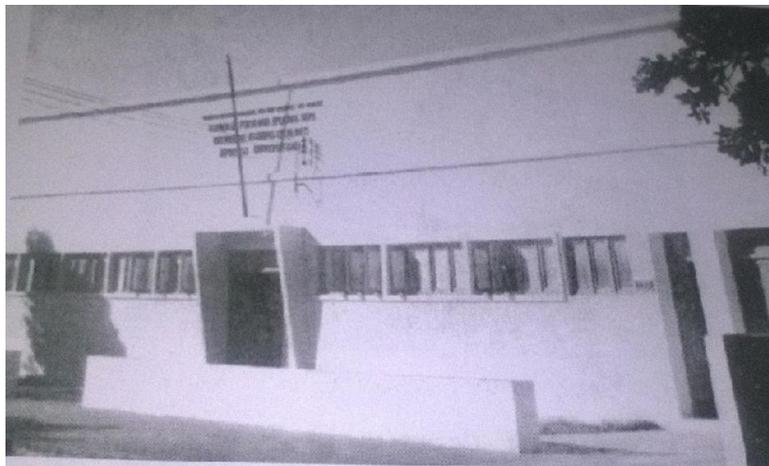
O Estado do RN colaborou para a Escola de Engenharia não somente com a sua criação, através do Decreto nº 2045, mas também com a doação do terreno para a construção do edifício próprio da instituição, além de alugar um prédio e disponibilizar ainda o Atheneu Norte-rio-grandense no que se refere às instalações. Mas, somente em 1959 a Escola passou a ser efetivada quando foi integrada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Decreto nº 3.372). (SOUZA, 2003). E

---

<sup>26</sup> “Fernando Cysneiros nasceu em Recife, Pernambuco no dia 19 de julho de 1918. Formou-se em engenharia civil pela Escola Politécnica da Bahia, em 1939 e, na vida militar, alcançou o posto de capitão da Arma da Engenharia, em 1944.” (SOUZA, 2003, p. 12).

funcionando, de fato, em 1960 com a aula inaugural no dia 16 de março (ver figura 11).

**Figura 15 – Escola de Engenharia**



Fonte: Lima e Melo, Portal da Memória (UFRN, 2005).

Quanto às iniciativas para o ensino profissional, o Estado do RN criou oito cursos: agronomia, zootecnia, agrimensura, belas artes, indústria, comércio, primário elementar (artesanato, aprendizagem industrial-agrícola) e feminino. Observa-se que funcionavam nos Grupos Escolares (Frei Miguelinho e Duque de Caxias), Escolas e Associação dos Escoteiros.

Na mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, o governador Sylvio Pedroza, em 1951, ao mencionar a Escola Profissional do Alecrim, que funcionava no Grupo Escolar Frei Miguelinho, frisa a Associação de Escoteiros que ofertava as oficinas de Arte de Marceneiro, tipógrafo e sapateiro aos alunos. (RIO GRANDE DO NORTE, 1951, p. 82).

**Figura 16 – Associação dos Escoteiros**



Fonte: Acervo fotográfico Natal ontem e hoje, Prefeitura do Natal, 2006.

No que se refere às escolas que foram subvencionadas pelo Estado do RN no período em estudo, identificam-se duas que possuíam aspecto de formação profissional: a Escola Doméstica e a Escola Feminina de Comércio.

A Escola Doméstica de Natal foi inaugurada no início do século XX, em 1914, como a primeira voltada para o sexo feminino e baseada no modelo europeu, a partir do anseio do seu fundador, Henrique Castriciano de Souza, que tinha um projeto social que contemplava sua criação. Dentre as suas características pode-se alegar que era elitista e não tinha proposta de ser uma escola popular, uma vez que havia o valor da mensalidade e a rigidez nas vagas. (RODRIGUES, 2007, p. 83-84).

O prédio da escola, localizado no bairro da Ribeira no período da sua inauguração, conforme Rodrigues (2007), foi doação do Estado do RN através de um acordo com a Liga de Ensino. Nesse sentido, foi um momento significativo na história da instituição, com a parceria público-privado.

### **Figura 17 – Escola Doméstica**



Fonte: Foto João Galvão, Prefeitura do Natal, 2006.

Dentre as ideias que embasaram a criação da Escola Doméstica de Natal a de educar a mulher para o lar era uma delas, pois a ela “era atribuído papel relevante na manutenção da ordem, moral dos costumes e na preservação dos laços familiares.” (RODRIGUES, 2007, p. 96).

Referente ao alunado afirmar-se que foi exclusivamente feminino, a Escola funcionava como internato e externato, atendendo pessoas que moravam no RN e regiões próximas. Na escola, a “[...] aluna deveria adaptar-se a um estilo de vida ritmado pela disciplina e obediência.” (RODRIGUES, 2007, p. 141).

Quanto à estrutura curricular, a Escola Doméstica teve como fundamento o modelo Suíço, porém sofreu alterações para atender a demanda local como

conteúdos voltados para aquelas mulheres que muitas vezes residiam na zona rural. Por isso, foram incorporados conhecimentos de agricultura e pecuária. (RODRIGUES, 2013, p. 152).

É preciso destacar que uma das disciplinas ministradas na Escola doméstica era Pedagogia, em que a “discente passaria a estudar sobre educação e suas fases, os princípios pedagógicos gerais, os fatores que interferem na educação do aluno, educação moral, instintos, formação de hábitos.” (RODRIGUES, 2013, p. 158).

É importante enfatizarmos que uma das propostas da Escola Doméstica de Natal, segundo Rodrigues (2007, p. 168), era a de associar teoria e prática. Por isso, as alunas nas aulas de anatomia e fisiologia, sob orientação do professor, tinham momentos no laboratório para analisar a estrutura do corpo humano.

Outra escola que oferecia cursos profissionais era a Escola Profissional Feminina, a qual disponibilizava os cursos de Corte, Costura, Datilografia, Prendas Domésticas e atendia moças que não tinham condições financeiras. (RIO GRANDE DO NORTE, 1951, p. 82). A Escola de Comércio é mencionada pelo governo estadual com a pretensão de que iria habilitar para os diversos ofícios as moças do Estado. O currículo dessa escola elementar compreendia: “português, francês, inglês, cripturação, contabilidade, legislação comercial e fiscal, noções de economia, política e estudo das mercadorias.” (RIO GRANDE DO NORTE, 1913, p. 115).

Assim, diante das escolas, cursos e intuições subvencionadas no RN, compreende-se que a Primeira República não difere tanto do Império no que se refere ao ensino profissional, uma vez que são realizadas “mesmas tentativas: Escola Normal, Escolas Profissionais de nível elementar, Escola Aprendizes de Marinheiros.” (ARÁUJO, 1979, p. 159).

Portanto, diante da discussão dessa seção e do mapeamento realizado evidenciamos que as estratégias do Estado do RN referentes ao ensino profissional foram efetivadas através de iniciativas como: a criação de escolas, cursos e subvenções. Geograficamente, há concentração dos cursos em Natal-RN, mas também foi observado que os cursos profissionais também foram criados em municípios do interior do estado do RN como Mossoró e Macau.

\*\*\*

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

**Figura 18- Faculdade de Medicina**



Fonte: foto de Lima e Melo, Portal da Memória (UFRN, 2005)

Com a pesquisa das legislações e mensagens dos governadores (1908-1957) observou-se, pela inter-relação com a historiografia, que o ensino profissional era representado pelos cursos e ofícios ofertados nas escolas. Além disso, o ensino superior foi expresso pelos governadores do RN como ensino profissional, sendo este expresso pelas Faculdades de Farmácia e Odontologia, Direito, Medicina, Filosofia e Serviço Social e ao indício de organização da universidade no Estado.

Através do mapeamento do ensino profissional no RN, na segunda seção, como foi mencionado, constatamos que de 1910 a 1919 as ações do Estado do RN caracterizaram-se como o período em que o governo estadual organizou a criação de maior quantidade de cursos, isso se deve ao Código de Ensino (1911), como também ao contexto da República, que tinha o intuito de difundir as suas ideias através da educação norte-rio-grandense.

No período de 1920 a 1929 e de 1940 a 1949 as ações foram com as fundações de três escolas profissionais e um curso em cada década. Sobre esse aspecto, pode-se inferir o processo de industrialização que impulsionou ao Estado atender as necessidades do mercado e, portanto, escolas profissionais e cursos que contemplassem esse objetivo.

De 1930 a 1939 foi o período em que as subvenções às escolas que ofereciam cursos profissionais foram mais frequentes. Este fato, pode-se concluir, esteve associado ao contexto do país que enfrentava as interventorias, momento político de instabilidade política principalmente no RN em que teve o maior número de interventores. Isso desencadeou problemas como a continuidade das ações visto a oscilação dos gestores.

As subvenções também expressam a parceria público-privado como forma de atender os interesses e acordos políticos da época. Nesse sentido, pode-se ainda refletir sobre as poucas ações do Estado do RN quanto ao ensino profissional, fato esse que coincide com o contexto brasileiro, pois assim como no Império a intervenção estatal é mínima na República.

No caso do RN, o recorte temporal da pesquisa de quarenta e nove anos, remete a análise de que os indícios das ações do Estado se concentraram principalmente em três: criação de escolas, cursos e subvenções. A partir desse aspecto, pode-se inferir que o ensino profissional sofria rebatimentos da mudança de gestão estadual, uma vez que ocorria a descontinuidade do que já foi realizado como ocorreu com o fechamento da Escola de Farmácia alegando falta de recursos.

Diante disso, qual a justificativa para a falta de recursos como foi mencionado por alguns governadores estaduais no que se refere ao ensino profissional?

Para a resposta do questionamento acima, pode-se mencionar que o Estado tinha a concepção de que o Ensino profissional deveria ocupar o lugar secundário no RN. Isso foi expresso a partir das escolas, cursos e subvenções, pois a falta de materiais como na Escola de Odontologia, em que os discentes não tinham condições físicas como a biblioteca, carência de aulas práticas como forma de refletir sobre a teoria estudada em sala, demonstra que a ação do Estado consistia ainda em conceder um terreno ou um prédio para a instituição de ensino profissional, porém isso não era suficiente para o processo de ensino-aprendizagem dos discentes.

É importante ainda assinalar a carência de estudos sobre as escolas, como a Feminina de Comércio de Natal e a Escola Operária, que também tiveram pouca duração. Fato esse que chama a atenção para uma ação de caráter imediatista, considerando apenas a necessidade do mercado e não a formação do indivíduo no que se refere ao ensino profissional.

Além disso, as fundações das escolas surgiram a partir das demandas da sociedade e foram organizadas tendo em vista esse fator, a exemplo da Escola Prática da Agricultura, Escola de Engenharia Escola Normal, pois no RN existia a carência de profissionais em cada área correspondente.

Sobre a formação docente, é relevante assinalar a Escola de Serviço Social, que exigia o fundamento cristão para atuação, o que revela um aspecto tradicional. A nomeação de professores por parte do Estado, na Faculdade de Direito denota um Estado que visava que os seus interesses fossem atendidos na educação.

Sobre as disparidades entre a capital e os demais municípios do RN, podem-se inferir que Natal, por ser a maior região, recebeu as três ações do Estado. E os municípios, em sua maioria, foram contemplados com cursos, a exemplo dos regionais e a Escola Normal de Mossoró.

Referente ao alunado das instituições de ensino profissional aqui estudadas como ações do Estado do RN, pode-se inferir, de acordo com os resultados analisados nas mensagens dos governadores, principalmente que nas Faculdades isoladas os alunos eram submetidos aos vestibulares para ingresso e em sua maioria, pertenciam a famílias renomadas no RN. Já os cursos e ofícios realizados através, por exemplo, da Escola Profissional do Alecrim, demonstra que os alunos

eram desafortunados. Esse aspecto reflete a dualidade no ensino profissional norteamericano, também encontrada no contexto brasileiro. É importante assinalar que, na presente pesquisa, o perfil dos discentes não esteve como objetivo, mas remete uma possibilidade de estudos futuros, além das escolas operárias no RN.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Rachel Ribeiro de Oliveira; NASCIMENTO, José Mateus. Sobre as modalidades de ensino nos regimentos da Escola Primária do Rio Grande do Norte (1925). In: Congresso Brasileiro de História da Educação Profissional, Cuiabá, 2013.
- AQUINO, Luciene Chaves. **De Escola Normal de Natal a Instituto de Educação Presidente Kennedy (1950-1965)**: configurações, limites e possibilidades da formação docente. Tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal-RN, 2007.
- AQUINO, Luciene Chaves; MEDEIROS NETA, Olívia Morais de. O curso normal regional de Pau dos Ferros (RN): a inauguração da formação docente no Alto Oeste Potiguar (1951-1961). In: VIII Congresso Brasileiro de História da Educação, 2013, Cuiabá/MT. VI Congresso Brasileiro de História da Educação. Cuiabá: FAPEMAT, 2013. v. 1. p. 1-15.
- ARAÚJO, Iaperi Soares de. **Januário Cicco**: um homem além do seu tempo. Natal: EDUFRN- Editora da UFRN, 2000.
- ARAÚJO, Marta Maria de. PAIVA, Marlúcia Menezes. Que projetos republicanos de escola primária? (Rio Grande do Norte, 1907-1930). In: ARAÚJO, José Carlos Souza, SOUZA, Rosa Fátima de; PINTO, Rubia-Mar Nunes. **Escola primária na primeira república (1889-1930)**: subsídios para uma história comparada. Araraquara – SP: Junqueira&Marin, 2012.
- ARAÚJO, Marta Maria de. O Estatuto Público da Educação Primária Federalizada: Brasil e Rio Grande do Norte, 1937-1961. In: SOUZA, Rosa Fátima; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. (Org.). **História da Escola Primária no Brasil**: investigações em perspectiva comparada em âmbito nacional. Aracaju: Edise, 2015.
- ARAÚJO, Marta Maria de. Origens e Tentativas de Organização da Rede Escolar do Rio Grande do Norte - Da Colônia à Primeira República. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1979.
- ARAÚJO, Marta Maria de. **O projeto escolanovista no Rio Grande do Norte**: uma das dimensões práxicas das pautas modernizadoras do Governo José Augusto Bezerra de Medeiros (1924 -1927). História da Educação. ASPHE/FAE/ UFPel, Pelotas (1):135-147, abr, 1997.
- AROSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica**: teoria e método. Tradução Andrea Dore. Bauru,SP: Edusc, 2006.
- AZEVEDO, Crislane Barbosa. STAMATTO, Maria Inês Sucupira. **Escola da ordem e do progresso**: grupos escolares em Sergipe e no Rio Grande do Norte. Brasília: Liber Livro, 2012.

BARROS, José D'Assunção. Fontes históricas: olhares sobre um caminho percorrido e perspectivas sobre os novos tempos. **Revista Albuquerque**, v. 3, n. 1, 2010.

BRASIL. Decreto nº 16.782, de 13 de janeiro de 1925. Reforma João Luíz Alves da Rocha Vaz. In: BRASIL. **Coleção de Leis do Brasil**, Câmara dos Deputados. 1925, p. 20, v. 2.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editorial, 2002.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. 2. ed. São Paulo: Unesp; Brasília: Flacso, 2005a.

\_\_\_\_\_. A montagem do ensino técnico industrial. In: \_\_\_\_\_. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. 2. ed. São Paulo: Unesp; Brasília: Flacso, 2005b. p. 111-150.

GARCIA, Odilon de Amorim. **A história da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte**. Natal, RN: EDUFRN, 2008.

GONÇALVES, Irlen Antônio. Congresso Legislativo mineiro e Educação Profissional: leitura partilhada para construção da República. In: \_\_\_\_\_. Irlen Antônio. (Org.). **Progresso, trabalho e Educação Profissional em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: \_\_\_\_\_. **História e memória**. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana F. Borges. 5 ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2003. p. 525-541.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação. 1995, ed.

LIMA, Nestor dos Santos. O grupo modelo. **A República**. Natal, p. 3, 2 out. 1911.

LIMA, Jailma Maria de. **Partidos, candidatos e eleitores: o Rio Grande do Norte em campanha política (1945-1961)**. (Tese Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Niterói- RJ, 2010.

LIMA, Rita de Lourdes de. O serviço social em Natal (RN). **Interface** - Natal/RN - v. 3 - n. 1 - jan. /jun. 2006.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez: 2002.

MENDONÇA, Isaac. **A escrita de uma história de instituições universitárias (Rio Grande do Norte, 1955-1978)**. Natal, 2013. (Texto mimeografado).

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. Natal: UDUFRN-Editora da UFRN, 2007.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de; SILVA, Maria da Conceição Farias da. Curso normal regional em Assú/Rio Grande do Norte (1950). **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 40, n. 26, p. 220-245, jan. /jun. 2011.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira república**. 3ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

PAIVA, et al. **Expansão da escola primária no Rio Grande do Norte (1930-1961)**. [2017]. Mimeografado.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIO GRANDE DO NORTE. Departamento de Educação. **Regimento do Grupo Escolar "Augusto Severo"**. Natal: Typographia d'A República, 1909. p. 83-99.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 178, de 29 de abril de 1908. Restabelece a Diretoria na Instrução Pública, cria a Escola Normal, Grupos Escolares e Escolas Mistas e dá outras providências. In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo (1908-1909)**. Natal: Typographia d'A República, 1909 a.

\_\_\_\_\_. INSTRUÇÃO PÚBLICA. **A República**, Natal, p. 1, 04 nov. 1909.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 192, de 12 de março de 1909. Reorganiza a Escola de Música. In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo (1908-1909)**. Natal: Typographia d'A República, 1909b. p. 62-63.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 261, de 28 de dezembro 1911. Cria o Código de Ensino. In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo (1911)**. Natal: Typographia d'A República, 1912. p. 90-116.

\_\_\_\_\_. **Mensagem lida perante o Congresso Legislativo pelo governador Antônio José de Mello e Souza em 01 de novembro de 1922**. Escola Profissional do Alecrim. 1922. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720496&pesq=escola%20profissional%20do%20alecrim> > Acesso em: 5 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. **Regimento Interno das Escolas Rudimentares**. Natal: Typ. d'A República, 1925a.

\_\_\_\_\_. **Regimento Interno das Escolas Isoladas**. Natal: Typ. d'A República, 1925b.

\_\_\_\_\_. **Regimento Interno dos Grupos Escolares**. Natal: Typ. d'A República, 1925c.

\_\_\_\_\_. Departamento de Educação. **Regulamento do Departamento de Educação**. Natal: Typographia d'A República, [1926?]. p. 122-136.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 440, de 23 de julho de 1929. Cria um curso profissional feminino anexo ao Grupo Escolar "Duque de Caxias", localizado na cidade de Macau. In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo (1929)**. Natal: Imprensa Oficial, [1930]. p. 125.

\_\_\_\_\_. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo Governador Juvenal Lamartine em 1 de outubro de 1930**. Natal: Imprensa Oficial, 1930.

\_\_\_\_\_. **Mensagem apresentada ao Dr. Getúlio Vargas pelo interventor Mário Câmara**. Natal, Imprensa Oficial, 1935.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 411, de 17 de janeiro de 1938. Reforma as Escolas Normais do Estado. In: **Decretos do Governo (1938)**. Natal: Imprensa Oficial, 1939. p. 12-19.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 419, de 28 de janeiro de 1938. Cria uma escola na Liga Artístico-Operária de Natal. In: **Decretos do governo (1938)**. Natal: Imprensa Oficial, 1939. p.23.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 688, de 3 de fevereiro de 1939. Concede subvenção à Escola Feminina de Comércio de Natal. In: **Decretos do governo (1939)**. Natal: Imprensa Oficial, 1940. p.25.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 683, 10 de fevereiro de 1947. Excede a Lei Orgânica do Ensino primário para o Estado do Rio Grande do Norte, dentro das normas estabelecidas pelo decreto-lei federal nº 8.529, de 2 de janeiro de 1947. In: **Atos legislativos e decretos do governo (1947)**. Natal: Departamento de Imprensa, 1948. p. 7-13.

\_\_\_\_\_. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo Governador Sylvio Pedroza**. Natal: Imprensa Oficial, 1951.

\_\_\_\_\_. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo Governador Sylvio Pedroza**. Natal: Imprensa Oficial, 1952.

\_\_\_\_\_. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo Governador Sylvio Pedroza**. Natal: Imprensa Oficial, 1953.

\_\_\_\_\_. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo Governador Sylvio Pedroza**. Natal: Imprensa Oficial, 1955.

\_\_\_\_\_. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo Governador Dinarte Mariz**. Natal: Imprensa Oficial, 1956.

RIO GRANDE DO NORTE, **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo Governador Dinarte Mariz**. Natal: Imprensa Oficial, 1957.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 683, 10 de fevereiro de 1947. Excede a Lei Orgânica do Ensino primário para o Estado do Rio Grande do Norte, dentro das normas estabelecidas pelo decreto-lei federal nº 8.529, de 2 de janeiro de 1947. **Atos legislativos e decretos do governo (1947)**. Natal: Departamento de Imprensa, 1948. p. 7-13.

RIO GRANDE DO NORTE. NATAL ontem e hoje / Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. – Natal (RN): Departamento de Informação Pesquisa e Estatística, 2006. NATAL ontem e hoje / Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. – Natal (RN): Departamento de Informação Pesquisa e Estatística, 2006.

RODRIGUES, Andrea Gabriel F. **Educar para o lar, educar para a vida: cultura escolar e modernidade educacional na Escola Doméstica de Natal (1914-1945)**. 2007. 306p. (Tese Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Natal. 2007.

RÜSEN, Jorn. **Reconstrução do Passado**. Tradução de Asta- Rose Alcaíde. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010.

SANTOS, Paulo Pereira dos. **Evolução Econômica do Rio Grande do Norte: século VI ao XX**. Natal: Clima, 1994.

SAVIANI, Demerval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SCHWARTZMAN, Simon. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas. Editora Paz e Terra 2000.

SILVA, Francinaide de Lima. **A Escola Normal de Natal (Rio Grande do Norte, 1908-1971)**. 2013. (Tese Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Natal. 2013.

SILVA, Lenina Lopes da. **Lembranças de alunos, imagens de professores: narrativas e diálogos sobre a formação médica**. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Natal, 2006.

SILVA, Lenina Lopes da. **Lembranças de alunos, imagens de professores**. Natal-RN: Observatório RH-NESC UFRN, 2008.

SILVA, Maria da Guia de Sousa. **Escola para os filhos dos outros: trajetória histórica da Escola Industrial de Natal (1942-1968)**. 2012. 225p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Natal, 2012.

SOBRE o curso de Direito. Disponível em:  
<<https://amarocavalcanti.wordpress.com/sobre-o-curso-de-direitofrn/>>. Acesso em: 20 jan.2017

SOUSA, José Marcelio Marques. **História da Escola de Engenharia da UFRN**. Natal, RN: RN Econômico Empresa Jornalística, 2003.

SOUZA, Elisabete Gonçalves de. Educação Profissional no Brasil (1940-1950): a aprendizagem industrial como modelo de ensino. In: BATISTA, Eraldo Leme Batista; MÜLLER, Meire Terezinha. (Org.) **A Educação Profissional no Brasil**: história, desafios e perspectivas para o século XXI. Campinas-SP: Editora Alínea, 2013. p. 123-154.

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Editora do IFRN, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Portal da Memória: Universidade Federal do Rio Grande do Norte: 45 anos de federalização (1960-2005) – Brasília, DF: Senado Federal, 2005.